

Nº 160

**Um retrato de duas décadas
do mercado de trabalho
brasileiro utilizando a Pnad**

07 de outubro de 2013

Comunicados do Ipea

Comunicados do Ipea

Governo Federal Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Ministro Marcelo Cortes Neri (interino)

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas, Substituto

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Um Retrato de Duas Décadas do Mercado de Trabalho Brasileiro Utilizando a Pnad

1	INTRODUÇÃO	5
2	ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO	7
2.1	TAXA DE DESEMPREGO	7
2.2	TAXA DE PARTICIPAÇÃO	7
2.3	TAXA DE OCUPAÇÃO	8
2.4	INFORMALIDADE	9
3	RENDIMENTOS DO TRABALHO.....	10
3.1	DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS.....	11
3.2	DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS POR GÊNERO, RAÇA E FORMAL-INFORMAL.....	14
4	EXAMINADO ALGUMAS GRANDES QUESTÕES DO MERCADO DE TRABALHO	16
4.1	HÁ ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA?.....	17
4.2	ESTAMOS NA TAXA DE PLENO EMPREGO OU HÁ ESPAÇO PARA A EXPANSÃO DA OFERTA DE TRABALHO?.....	19
4.3	HÁ DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO?.....	22
	CONCLUSÕES	25
	APÊNDICE	26

Um Retrato de Duas Décadas do Mercado de Trabalho Brasileiro Utilizando a Pnad¹

1 Introdução

O objetivo deste documento é duplo. Primeiro, oferecemos um panorama do mercado de trabalho brasileiro nas duas últimas décadas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).² Analisa-se a evolução, entre 1992 e 2012, dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro, tais como taxa de desemprego, participação, ocupação e informalidade. A análise é feita tanto para o Brasil como um todo quanto para os recortes por regiões, gênero e idade. Em seguida analisamos mais detidamente a evolução dos rendimentos do trabalho, sua distribuição entre os ocupados e as diferenças salariais entre homens e mulheres, brancos, negros e pardos, e entre trabalhadores formais e informais.

Em uma perspectiva de longo prazo, todos os indicadores do mercado de trabalho mostram uma melhora significativa no período analisado. Após um período de crescimento durante os anos 1990, a taxa de desemprego e informalidade tiveram um longo ciclo de declínio ao longo dos anos 2000. A taxa de participação agregada mostrou uma tendência de relativa estabilidade, resultado de uma redução contínua da taxa de participação masculina e aumento da feminina. Após um ciclo de crescimento e subsequente declínio entre 1992 e 2002, o rendimento médio real no mercado de trabalho apresentou uma trajetória de crescimento contínuo entre 2003 e 2012. Quanto à desigualdade de rendimentos (medida pelo índice de Gini), esta apresentou uma tendência de longo prazo de redução, iniciada em 1993. Este comportamento foi resultado de uma série de fatores, mas em particular do aumento da escolaridade da força de trabalho brasileira, que levou a uma redução contínua dos retornos (salariais) da educação.

Na comparação com o ano anterior, o ano de 2012 apresentou boas e más notícias. Por um lado, a renda do trabalho cresceu substancialmente em termos reais no país como um todo (6,3%) e em particular na região Nordeste (8,7%). A taxa de desemprego no país caiu de forma expressiva, atingindo seu menor nível histórico. Porém, as regiões Norte e Nordeste apresentaram a menor redução e continuam com uma taxa de desemprego substancialmente acima da taxa agregada (8% e 8,8%, respectivamente). Por outro lado, as notícias potencialmente preocupantes ficaram por conta da taxa de participação, que se manteve nos mesmos níveis de 2011, após sofrer uma redução significativa entre 2009 e 2011. Da mesma forma, o ritmo de redução da desigualdade de rendimentos e, em menor medida, da informalidade mostraram um arrefecimento. A desigualdade de rendimentos se manteve estável entre 2011 e 2012, bem como a informalidade nas regiões metropolitanas. Assim como

¹ Este Comunicado foi elaborado por Gabriel Ulyseia (Coordenador de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Renda, DISOC/IPEA) e Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa (Técnica de Planejamento e Pesquisa DISOC/IPEA). Os autores agradecem a preciosa colaboração de Alessandra Brito, Maíra Albuquerque Penna Franca e Ítalo de Souza.

² Para realizar comparações com dados anteriores a 2004, foram retiradas as informações dos indivíduos moradores da área rural da região Norte, não coberta pela PNAD até 2003. Cabe assinalar que as definições de ocupação e desocupação aqui utilizadas são um pouco distintas das empregadas pelo IBGE. Os **ocupados** são definidos como os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, os que exerceram trabalho não remunerado nessa mesma semana por pelo menos 15 horas e os que tiveram trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou na construção para uso próprio não foram considerados como ocupados. Foram classificados como **desocupados** os indivíduos que não trabalharam, mas procuraram trabalho na semana de referência. Foram incluídos entre os desocupados os indivíduos que tiveram trabalho não remunerado com menos de 15 horas na semana de referência e que procuraram trabalho nessa semana. Foram também classificados como desocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção e que buscaram trabalho na semana de referência.

na taxa de desemprego, os indicadores de participação no mercado de trabalho e informalidade das regiões Nordeste e Norte continuam a ser significativamente piores do que nas demais regiões.

Na segunda parte deste documento, nossa análise se concentra em algumas grandes questões que têm dominado o debate recente acerca do comportamento do mercado de trabalho brasileiro. Mais especificamente, analisamos as seguintes questões:

- Há escassez de mão de obra qualificada no país?
- Estamos na taxa de pleno emprego ou há espaço para a expansão da oferta de trabalho?
- Como tem sido o desempenho da indústria no mercado de trabalho brasileiro?

Novamente utilizamos a Pnad para analisar em que medida os dados podem nos ajudar a entender e esclarecer essas questões. Nossa análise indica que tanto a oferta relativa quanto absoluta de mão de obra qualificada vêm crescendo de forma substancial no país. Isso é verdade para o período como um todo, mas de forma especialmente acentuada a partir do final do anos 1990 e início dos 2000. Coerente com esse aumento, os retornos para os mais diferentes níveis de qualificação (ensino médio completo, superior incompleto e pelo menos superior completo) vêm caindo ao longo do mesmo período. Portanto, a evidência apresentada é incompatível com a ideia de que há escassez de mão de obra qualificada no país.

Em relação à possibilidade de expandir a oferta de trabalho no Brasil, nossa análise indica que a capacidade de aumentar a taxa de participação da população em idade ativa desempenhará um papel fundamental nesse processo. Em particular, a taxa de participação entre as mulheres permanece muito baixa e bem abaixo de países como os EUA. A taxa de participação entre os jovens também caiu de forma expressiva, mas sem a contrapartida de uma maior frequência ao sistema formal de ensino. Dessa forma, é importante entender os determinantes da decisão dos jovens de não participar do mercado de trabalho e não frequentar a escola.

Finalmente, analisamos o desempenho da indústria no mercado de trabalho brasileiro. Ao longo dos últimos 20 anos a indústria reduziu em 6 p.p. sua participação no emprego total, sendo que esta redução se concentrou no final da década de 1990 e entre 2008 e 2011 (com um período de estabilidade entre esses dois períodos). Quando colocada em perspectiva internacional, essa redução é menor do que aquela observada em países altamente industrializados, tal como EUA e Alemanha. Mais ainda, esta redução na participação até 2008 não se deveu a uma contração do emprego total da indústria, mas sim a um crescimento em ritmo inferior àquele observado nos setores de serviços e comércio. Apenas entre 2008 e 2011, a indústria sofreu uma redução no total de ocupados. Porém, esta redução foi inteiramente devida a uma redução no total de emprego informal (sem carteira de trabalho assinada). O total de emprego formal (com carteira assinada) na indústria tem crescido de forma ininterrupta desde 1999, incluindo os últimos anos. Esses dados trazem, portanto, novas evidências para o debate sobre a possível existência e a magnitude do processo de desindustrialização no mercado de trabalho brasileiro.

O restante deste documento está organizado da seguinte forma. A Seção 2 apresenta a análise dos principais indicadores do mercado de trabalho nos últimos 20 anos, enquanto que a Seção 3 analisa apenas os rendimentos do trabalho, sua evolução, distribuição e diferenciais. A Seção 4 analisa as três questões colocadas acima e a Seção 5 conclui.

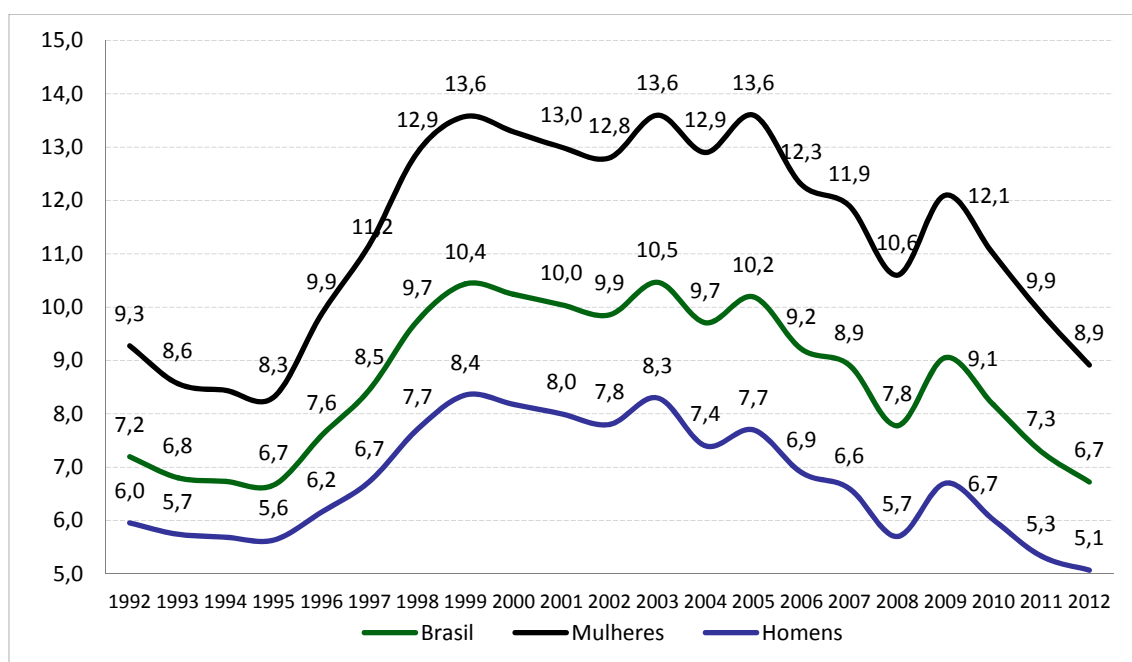
2 Análise dos principais indicadores do mercado de trabalho

2.1 Taxa de desemprego

Após uma alta significativa em 2009, a taxa de desemprego voltou a apresentar uma trajetória de queda contínua nos anos seguintes, chegando a 6,7% em 2012. Este é o valor mais baixo para a taxa de desemprego agregada nos últimos 20 anos, apenas observado em 1994 e 1995. Para homens, a taxa em 2012 já é a mais baixa nos últimos 20 anos, mas o mesmo não é verdade para as mulheres, uma vez que as taxas observadas em meados da década de 1990 foram ligeiramente menores. No período como um todo, o desemprego apresenta um comportamento de “U invertido”, tendo atingido seu pico ao final da década de 1990 e início dos anos 2000.

De maneira geral, o mesmo comportamento da taxa de desemprego agregada pode ser observado nos diferentes grupos etários, mas de forma mais acentuada entre os jovens de 15 a 24 anos (Gráfico A.1, Apêndice). Em termos regionais, as taxas de desemprego das 5 grandes regiões também reproduziram o comportamento da taxa agregada, ainda que as regiões Norte e Nordeste tenham reduzido menos o desemprego do que as demais regiões (Gráfico A.1, Apêndice).

Gráfico 1 - Taxa de desocupação agregada por gênero (%)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

2.2 Taxa de participação³

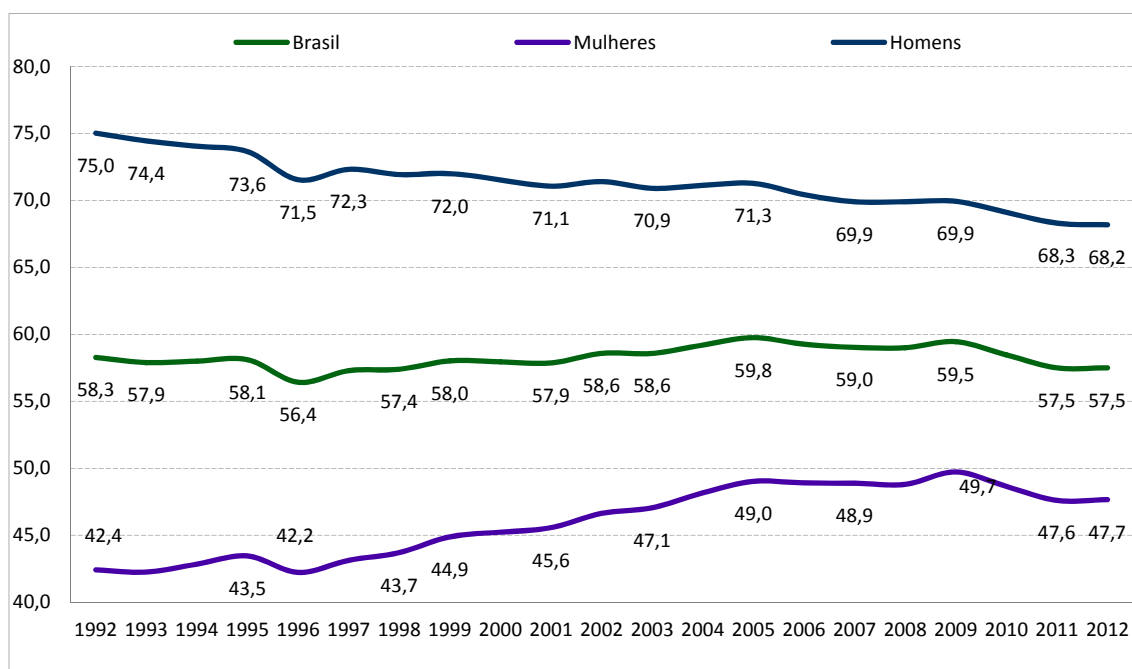
A taxa de participação no Brasil tem se mantido relativamente estável ao longo das duas últimas décadas. Esta relativa estabilidade é o resultado de uma tendência de queda na taxa de participação dos homens e uma tendência de elevação entre as mulheres, fenômeno este que é comum a maior parte dos países no mundo.

³ A taxa de participação é definida como a razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA).

Porém, entre 2009 e 2011 observou-se uma queda expressiva na taxa de participação, que se mantém em 2012. Esta queda é surpreendente, tendo em vista o cenário de aparente reaquecimento do mercado de trabalho e contínuo aumento dos rendimentos do trabalho, como será visto a seguir. Como discutiremos na seção 4.2, entender os determinantes da taxa de participação no Brasil é um tema central para a agenda pública, tendo em vista sua importância na determinação do nível da oferta de trabalho no país.

Quanto ao recorte etário, os jovens de 15 a 24 anos apresentam uma queda expressiva em sua taxa de participação já a partir de 2005, mas de forma especialmente acentuada entre 2009 e 2012. Esta queda pode representar uma tendência positiva, caso estes jovens estejam saindo do mercado de trabalho para se educarem mais, ou negativa caso não estejam aumentando seu capital humano (ver seção 4.2 à frente). Quanto ao recorte regional, novamente o destaque negativo é o comportamento da região nordeste, que apresenta uma acentuada queda na sua taxa de participação entre 2009 e 2011, de mais de 3 p.p..

Gráfico 2 - Taxa de participação agregada e por gênero (%)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

2.3 Taxa de ocupação⁴

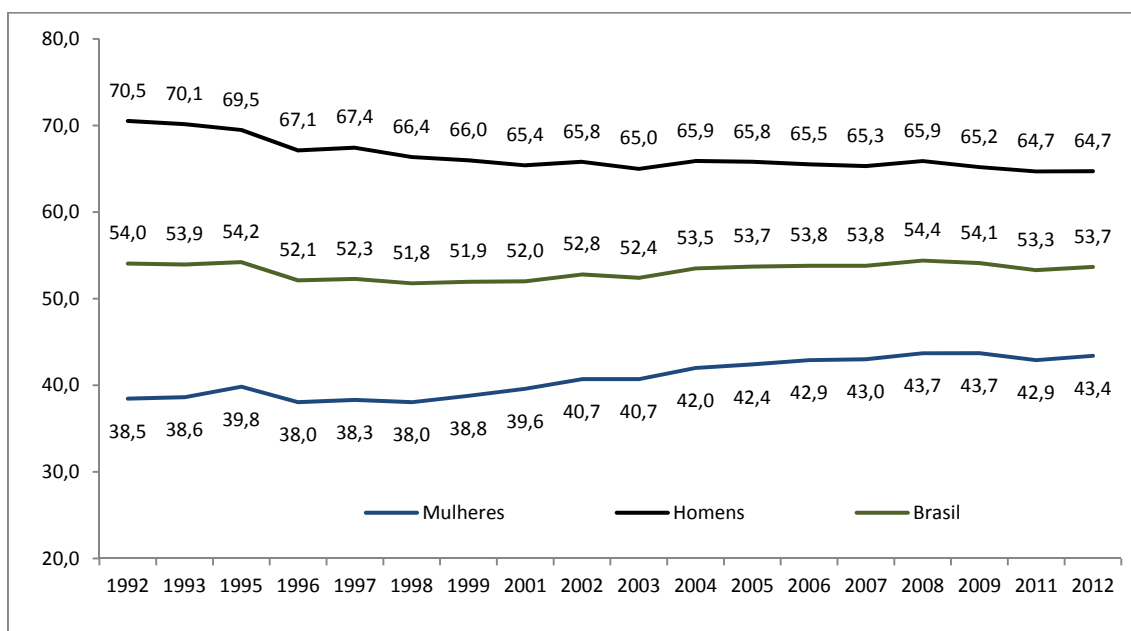
O gráfico 3 mostra que a taxa de ocupação no Brasil apresentou uma tendência de alta ao longo dos anos 2000, tendência esta que apresentou uma leve reversão entre 2009 e 2011 e se manteve relativamente constante entre 2011 e 2012. Os movimentos na taxa de ocupação ao longo dos anos 2000 refletiram essencialmente os movimentos da taxa de participação, pois a taxa de desemprego manteve uma tendência de queda ao longo de quase toda a década.

O mesmo pode ser dito para o recorte por gênero: ao longo de todo o período analisado, as mulheres apresentaram uma tendência de elevação em sua taxa de ocupação enquanto os homens observaram uma tendência de queda, novamente refletindo os movimentos observados na taxa de participação. Essa relação entre a taxa de ocupação e a taxa de participação é explorada com maior nível de detalhes na seção 4.2. Finalmente, os diferentes

⁴ A taxa de ocupação é definida como a razão entre o total de ocupados e a população em idade ativa (PIA).

grupos etários apresentaram comportamentos divergentes. Enquanto os jovens de 15 a 24 anos de idade reduziram sua taxa de ocupação ao longo dos últimos 20 anos, os adultos de 25 a 49 anos a ampliaram. Estas tendências na taxa de ocupação levaram à diminuição da parcela de jovens e ao aumento da proporção dos adultos mais velhos no mercado de trabalho (gráfico A.6). Examinando o comportamento da taxa de ocupação dentro das diferentes regiões, novamente a região nordeste apresentou uma evolução destacadamente distinta, com uma significativa tendência de redução da taxa de ocupação (A.7).

Gráfico 3: Taxa de ocupação agregada e por gênero (%)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

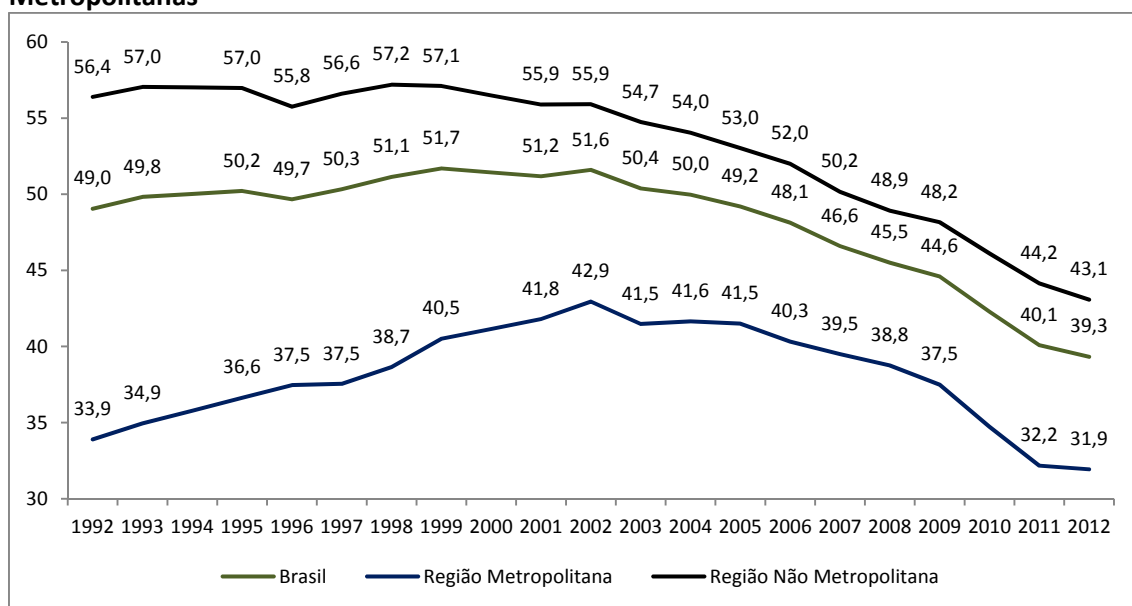
2.4 Informalidade⁵

Após um longo período de expansão durante a década de 1990, a informalidade caiu continuamente durante os anos 2000, atingindo em 2012 seu menor nível dos últimos 20 anos. Cabe notar, no entanto, que o ritmo da queda também arrefeceu entre 2011 e 2012, e mais claramente nas regiões metropolitanas. De fato, as regiões metropolitanas tiveram um comportamento diferenciado do restante do país, tanto durante o período de expansão quanto no período de redução da informalidade.

As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram forte redução no grau de informalidade e parecem ter ampliado o seu diferencial em relação às regiões Norte e Nordeste, que permanecem aquelas com maior grau de informalidade (Gráfico A.8).

⁵ O grau de informalidade é definido aqui como a soma de trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência e sem carteira de trabalho assinada, dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, com carteira, estatutários e militares.

Gráfico 4 - Evolução do grau de informalidade – Brasil, Regiões Metropolitanas e Não-Metropolitanas

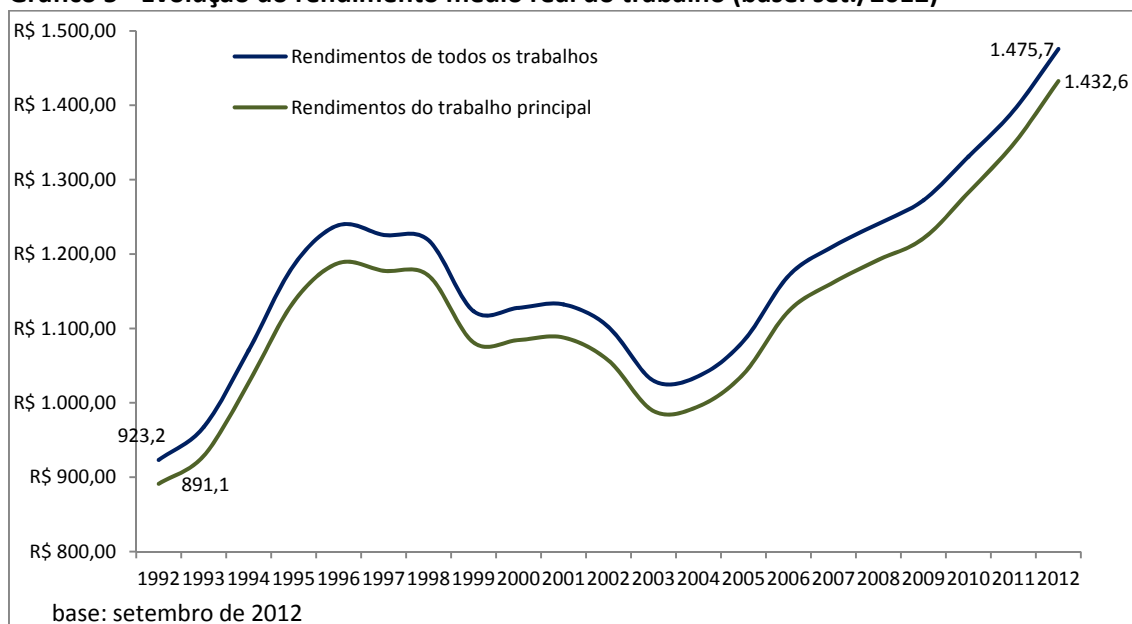


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

3 Rendimentos do trabalho

Após um ciclo de expansão do rendimento real entre 1992 e 1996, o mesmo alternou períodos de relativa estabilidade e de declínio, resultando em uma tendência geral de queda entre 1996 e 2003. A partir de 2004, porém, o rendimento médio (tanto do trabalho principal quanto de todos os trabalhos) passou por um período ininterrupto de crescimento, com uma taxa de crescimento anual média de 4,7%, tendo sido 6,3% entre 2011 e 2012.

Gráfico 5 - Evolução do rendimento médio real do trabalho (base: set./2012)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

No entanto, a evolução dos rendimentos apresenta trajetórias distintas quando analisada por diferentes grupos de trabalhadores (tabela 1). Na comparação por gênero, por exemplo, notamos que a taxa de crescimento do rendimento médio real das mulheres entre 2001 e 2012 (39,3%) foi superior à taxa de crescimento dos homens para o mesmo período (30%), e muito maior quando considerados os últimos 20 anos (90,2% e 54,6%, respectivamente). Tendo em vista o aumento da participação das mulheres no total de ocupados nesse mesmo período, esse resultado representa uma melhora significativa na inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que decorre em grande parte do seu grande avanço em termos de escolaridade. O mesmo ocorre para os trabalhadores pretos e pardos em relação aos trabalhadores brancos, para os trabalhadores mais novos e mais velhos em relação aos trabalhadores entre 24 e 50 anos de e para os trabalhadores com menor escolaridade.

Tabela 1 - Evolução do rendimento real médio do trabalho principal por subgrupo (R\$ de set./2012)

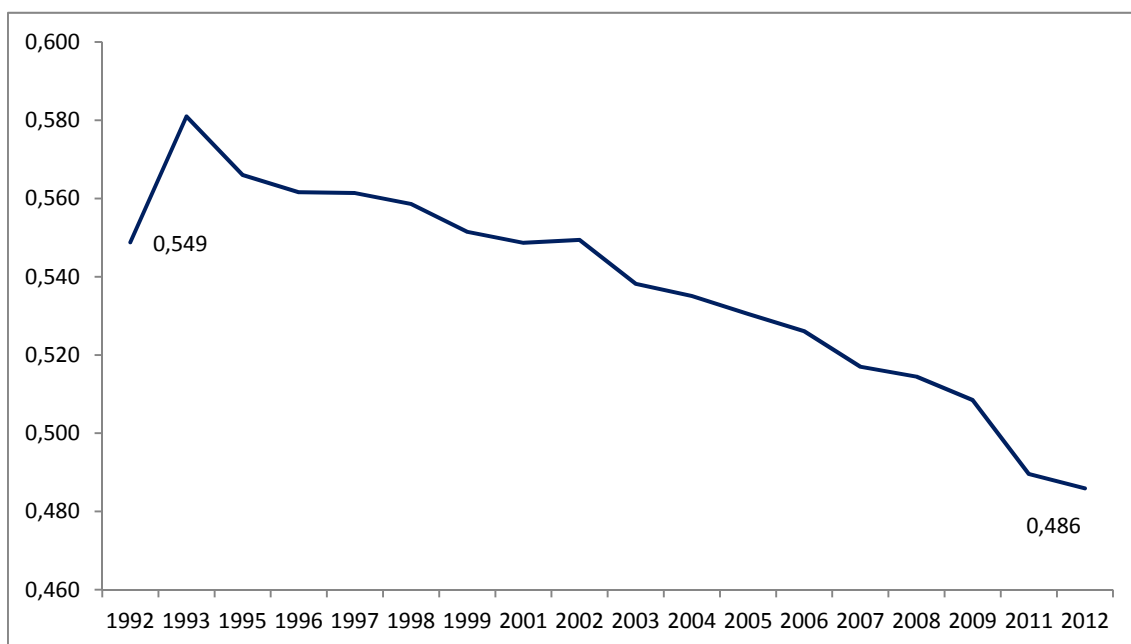
	1992	2001	2009	2011	2012	Cresc. (%) 92-12	Cresc. (%) 01-12	Cresc. (%) 09-12	Cresc. (%) 11-12
Brasil	891,1	1.087,8	1.220,98	1.347,8	1.432,6	60,77%	31,70%	17,33%	6,29%
Por Gênero									
Homens	1.055,2	1.254,8	1.406,99	1.531,9	1.631,7	54,64%	30,03%	15,97%	6,52%
Mulheres	609,2	831,8	964,38	1.092,9	1.158,6	90,17%	39,28%	20,13%	6,01%
Por Cor/Raça									
Branco	1.146,0	1.395,2	1.531,77	1.679,7	1.815,1	58,39%	30,09%	18,50%	8,06%
Pretos	556,60	729,7	900,84	994,7	1.052,5	89,10%	44,24%	16,84%	5,82%
Pardos	559,92	675,3	892,21	1.007,2	1.057,2	88,81%	56,55%	18,49%	4,96%
Por Idade									
15 a 24 anos	459,8	536,2	654,8	753,9	783,4	70,38%	46,09%	19,64%	3,91%
25 a 49 anos	1.147,4	1.267,7	1.316,4	1.431,2	1.505,4	31,21%	18,76%	14,35%	5,18%
50 ou mais de idade	958,5	1.340,6	1.528,0	1.672,9	1.812,9	89,13%	35,23%	18,65%	8,37%
Por Escolaridade									
0 a 3 anos	401,7	455,0	559,5	670,2	689,4	71,62%	51,53%	23,21%	2,87%
4 a 7 anos	677,6	686,5	746,7	848,9	907,1	33,87%	32,13%	21,48%	6,85%
8 a 10 anos	981,9	903,4	870,7	958,0	998,4	1,69%	10,52%	14,67%	4,22%
11 ou mais	2.083,8	2.097,8	1.811,4	1.894,1	1.983,0	-4,84%	-5,47%	9,47%	4,70%
Por Ocupação									
Com Carteira	1.204,5	1.173,5	1.241,3	1.301,5	1.362,6	13,13%	16,12%	9,78%	4,70%
Sem Carteira	409,0	606,6	687,9	772,7	818,7	100,19%	34,95%	19,01%	5,95%
Conta Própria	818,1	987,1	1.011,4	1.237,0	1.328,6	62,40%	34,60%	31,37%	7,40%
Empregador	3.032,4	3.766,8	3.731,0	4.262,9	4.523,4	49,17%	20,09%	21,24%	6,11%
Funcionário Público	1.462,1	1.969,7	2.298,6	2.433,2	2.450,7	67,61%	24,42%	6,62%	0,72%
Por Região									
Norte	780,3	941,6	1.069,6	1.172,9	1.211,1	55,21%	28,61%	13,22%	3,25%
Nordeste	474,82	598,01	765,25	871,99	948,12	99,68%	58,55%	23,90%	8,73%
Centro-Oeste	931,6	1.213,5	1.465,7	1.643,4	1.728,6	85,55%	42,45%	17,93%	5,18%
Sudeste	1.140,36	1.370,02	1.410,5	1.543,51	1.638,85	43,71%	19,62%	16,19%	6,18%
Sul	925,7	1.113,9	1.355,3	1.439,1	1.540,1	66,37%	38,27%	13,64%	7,02%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

3.1 Desigualdade de rendimentos

Quando medida pelo índice de Gini, a desigualdade de salários mostra uma tendência de longo prazo de redução da desigualdade, iniciada em 1993. Há dois períodos de relativa aceleração dessa tendência: (i) entre 1993 e 1996; e (ii) 2003 a 2011, em particular o biênio 2009-2011. Não obstante, entre 2011 e 2012, o que se observa é um arrefecimento da queda e uma estabilidade (no sentido estatístico) entre esses dois anos.

Gráfico 6 - Evolução da Desigualdade do Rendimento Real (índice de Gini)

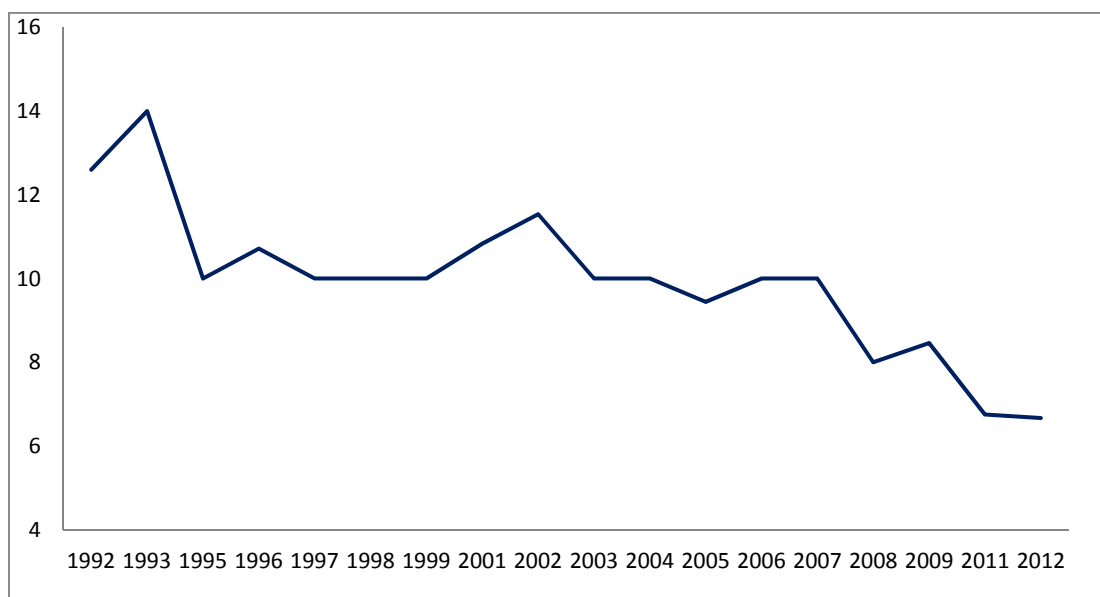


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Ao examinarmos a medida de desigualdade dada pela razão 90/10⁶, o cenário é um pouco diferente. Após 1995 o cenário é de relativa estabilidade e somente a partir 2006-2007 se observa uma queda mais acelerada desse indicador. Porém, novamente se observa um arrefecimento da queda e estabilidade do indicador entre 2011 e 2012. Este indicador é diferente do anterior no sentido de que este é muito sensível a diferenças entre os extremos da distribuição de rendimentos e mais insensível a movimentos no meio da distribuição. Assim, a primeira medida oferece um cenário mais amplo da distribuição de renda como um todo, enquanto o segundo capta melhor as diferenças entre os extremos.

⁶ Essa medida é dada pela razão entre a renda que define os 10% com maiores salários e a renda que define os 10% com menos rendimentos.

Gráfico 7 - Evolução da Razão 90/10 do Rendimento Real



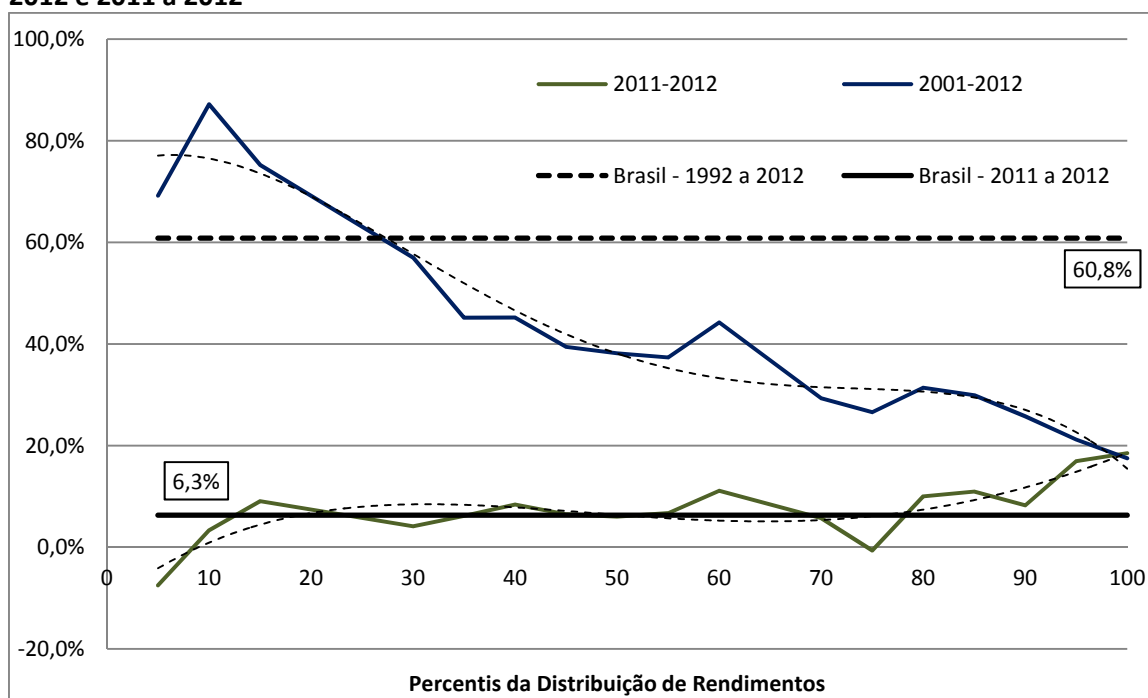
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

Outra forma de examinar o que ocorreu com os rendimentos dos diferentes grupos de remuneração – e, portanto, com a desigualdade – é examinar o padrão de crescimento de rendimentos dos diferentes pontos da distribuição. O Gráfico 8 abaixo mostra a variação no rendimento médio dos trabalhadores nos diferentes vintis da distribuição de rendimentos,⁷ para o período 2001 a 2012 e 2011 a 2012. Para o período mais longo, o gráfico 8 mostra um padrão declinante de ganhos de rendimentos entre os 5% mais pobres e os 5% mais ricos no mercado de trabalho. Enquanto os primeiros observaram um ganho acumulado de 69,2% entre 2001 e 2012, os 5% mais ricos tiveram um ganho de 17,5%. Esses dados indicam que a redução no grau de desigualdade de rendimentos durante esse período se deveu a um ganho maior entre os menos qualificados (com menores salários) e menor entre os mais qualificados (com maiores salários).

O cenário é diferente entre 2011 e 2012. Como mostra o mesmo gráfico, os maiores ganhos nesse período foram observados entre aqueles no topo da distribuição de rendimentos. Ainda assim, exceto pelos 5% de menores rendimentos – que sofreram uma queda de rendimentos reais de 7,5% – os ganhos salariais foram distribuídos de forma mais equilibrada entre todos os trabalhadores. Esse gráfico explica, portanto, porque observou-se um arrefecimento do ritmo de redução de desigualdade de rendimentos entre 2011 e 2012.

⁷ Os percentis são numerados de 1 a 20, correspondendo desde os 5% mais pobres, 5% mais ricos, respectivamente.

Gráfico 8 - Evolução do rendimento por percentil da distribuição de rendimentos – 2001 a 2012 e 2011 a 2012

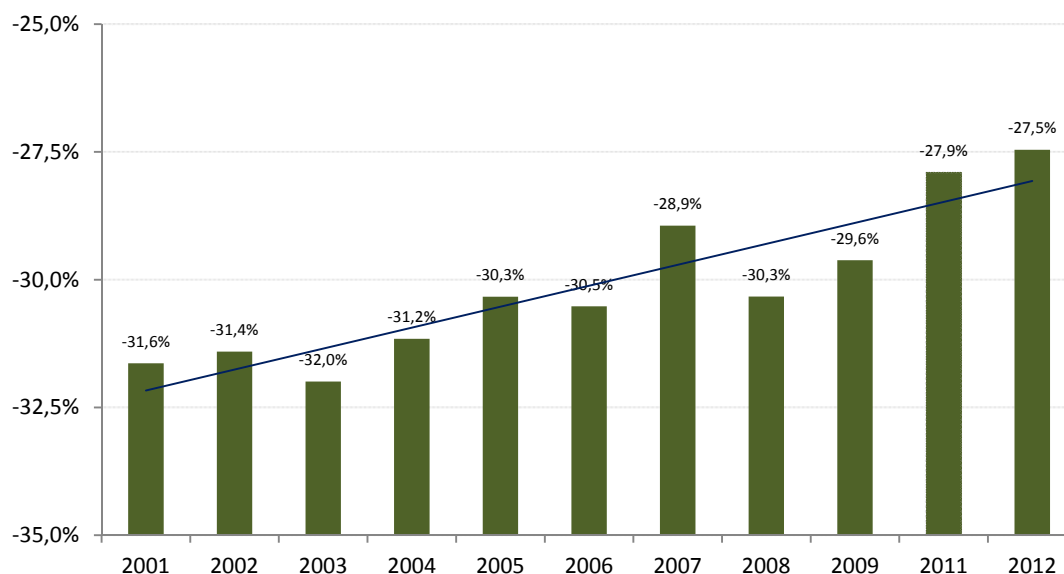


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea

3.2 Diferenciais de rendimentos por gênero, raça e formal-informal

Nesta seção analisamos os diferenciais salariais por gênero e raça, controlando por outras características observáveis dos trabalhadores. Com isso, é possível contrastar o diferencial salarial entre, por exemplo, homens e mulheres que são observacionalmente iguais – com mesma escolaridade, idade, vivendo na mesma UF, entre outros. Analisando primeiro o diferencial por gênero, nota-se que a diferença de rendimentos entre homens e mulheres vem diminuindo ao longo da última década. Tal tendência acentua-se de 2009 a 2011 e mantém-se entre 2011 e 2012. Não obstante, este diferencial continua a ser alto, pois em 2012 mulheres ainda recebiam, em média, um salário 27,5% inferior a homens que possuem as mesmas características produtivas observáveis.

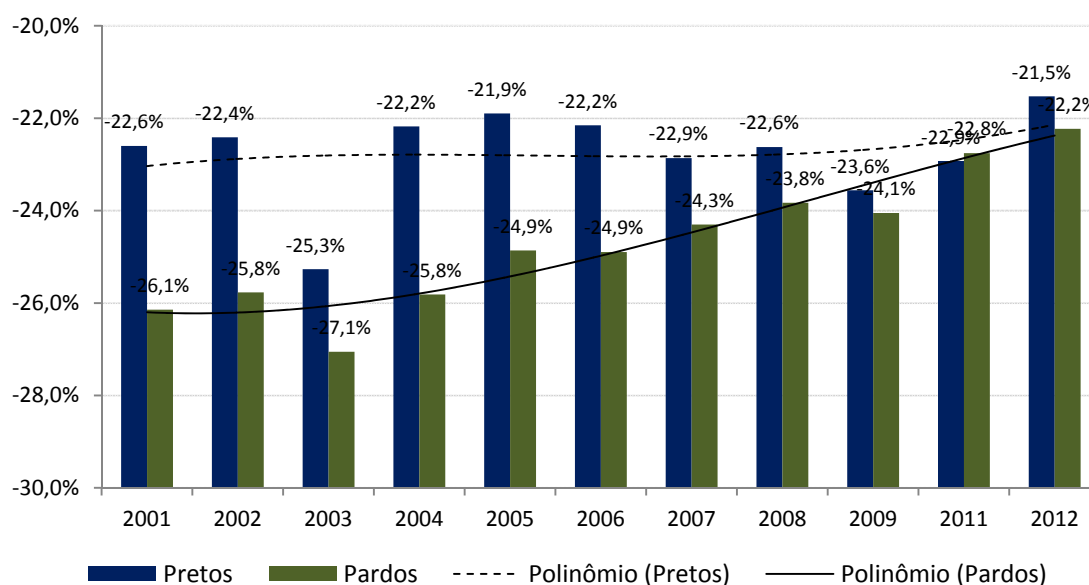
Gráfico 9 – Diferencial de rendimentos por gênero



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

O gráfico 10 mostra que o diferencial de remuneração entre brancos e pretos oscilou significativamente ao longo do período, com uma tendência de aumento desde 2007 que foi revertida a partir de 2011. Apesar de também ter oscilado ao longo da década, o diferencial entre brancos e pardos mostra uma tendência de queda mais clara desde 2003, apesar de uma leve reversão em 2009. Embora estes diferenciais estejam controlados por características observáveis, eles não conseguem controlar por características não observáveis, tais como qualidade da educação obtida por estes trabalhadores. Sendo assim, estes resultados não podem ser diretamente interpretados como evidência direta de discriminação no mercado de trabalho.

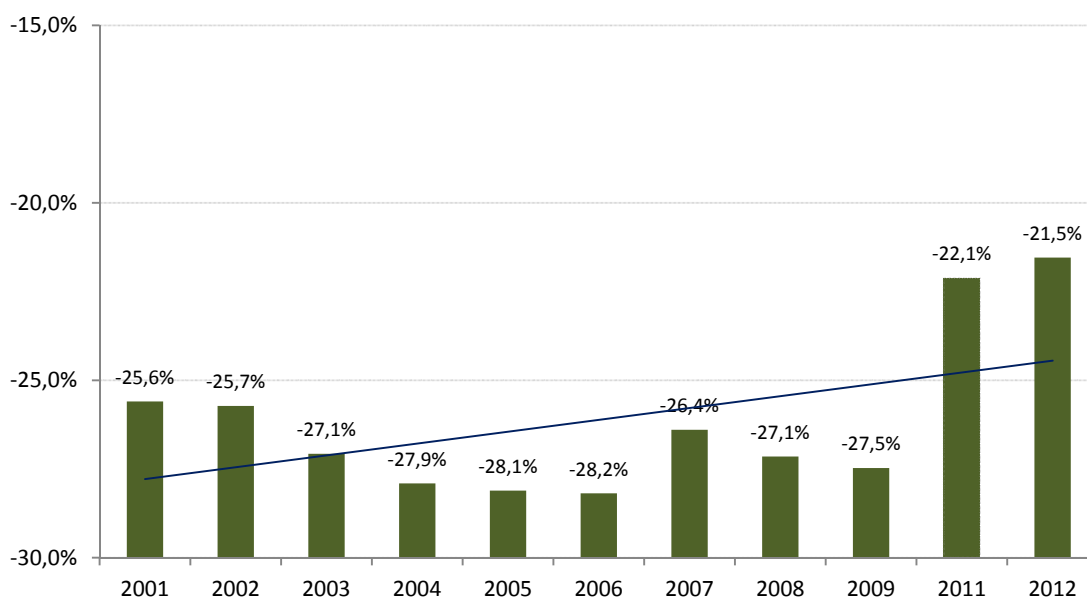
Gráfico 10 - Evolução do diferencial de rendimento por raça/cor



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Por fim, é interessante analisar o diferencial salarial entre trabalhadores formais e informais. Como ressaltado na Tabela 1, trabalhadores sem carteira de trabalho assinada têm observado elevações salariais maiores do que os trabalhadores com carteira. Este resultado, porém, compara trabalhadores com características diversas e que não são diretamente comparáveis. O gráfico 8 mostra os diferenciais entre trabalhadores formais e informais com as mesmas características observáveis e, portanto, mais diretamente comparáveis. O gráfico mostra que os trabalhadores informais começaram a reduzir a distância para os formais apenas a partir de 2009. Até então o diferencial apresentou ora tendência de elevação, ora de estabilidade.

Gráfico 11 - Evolução do rendimento por setor formal X informal (%)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

4 EXAMINADO ALGUMAS GRANDES QUESTÕES DO MERCADO DE TRABALHO

O objetivo desta quarta e última seção é utilizar os dados da Pnad 2012 e sua série histórica para examinar alguns grandes temas e perguntas que vêm permeando boa parte do debate recente acerca do mercado de trabalho brasileiro. As questões examinadas aqui são as seguintes:

- Há escassez de mão de obra qualificada no país?
- Estamos na taxa de pleno emprego ou há espaço para a expansão da oferta de trabalho?
- Como tem sido o desempenho da indústria no mercado de trabalho brasileiro?

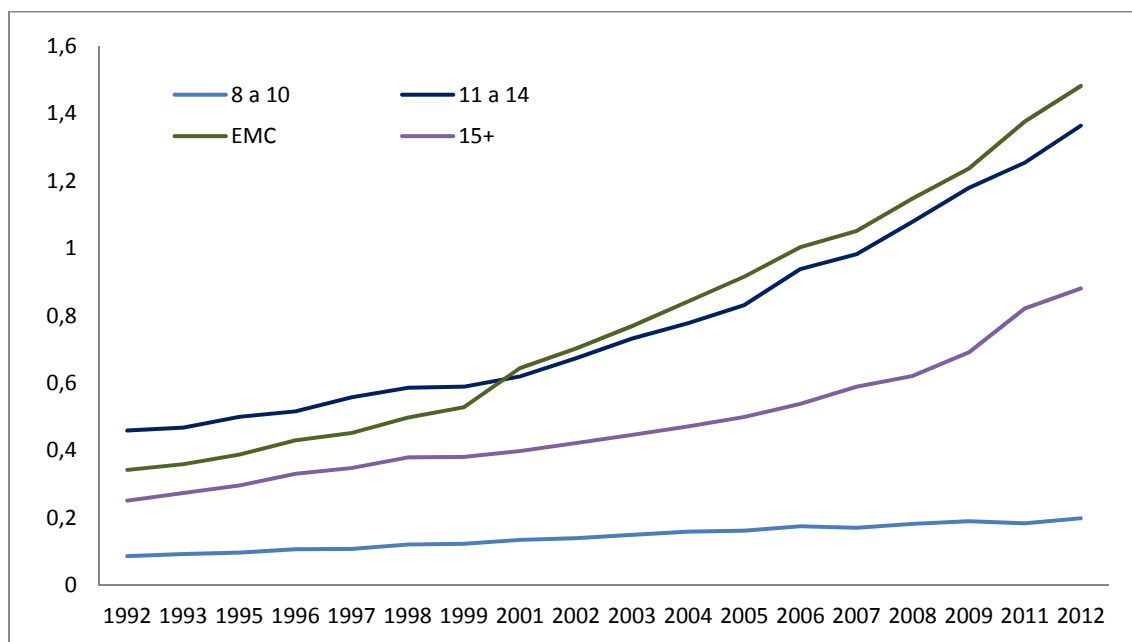
No que segue examinaremos estas questões de forma individual, trazendo evidências que possam aclarar potenciais respostas, mas sem a pretensão de prover respostas completas ou definitivas.

4.1 Há escassez de mão de obra qualificada?

Um tema que tem ocupado um lugar de certo destaque no debate recente sobre mercado de trabalho no Brasil é a discussão acerca da existência ou não de escassez de mão de obra qualificada no país. O foco sobre este tema no debate mais amplo (mídia, sociedade civil e academia) é recente, o que sugere que a esta potencial escassez teria surgido, ou ao menos se agravado, recentemente.

Para examinar esta questão, analisamos primeiro a oferta relativa de mão de obra por diferentes níveis de qualificação. A única medida de qualificação dos trabalhadores disponível na Pnad é o seu nível de escolaridade, o que certamente é uma medida imperfeita. Não obstante, essa é a medida mais amplamente utilizada não apenas no Brasil, mas também no mundo, e que fornece uma aproximação razoável do nível de capital humano dos trabalhadores. Ainda assim, para obter uma melhor medida da qualidade relativa dos trabalhadores, utilizamos o conceito de “unidades de eficiência” para medir o total de trabalhadores por nível de qualificação, o que é um procedimento usual na literatura internacional.⁸ O gráfico 13 exibe a evolução do total de trabalhadores em cada grupo educacional – fundamental completo, mas ensino médio (EM) incompleto (0 a 10); EM completo (11 anos); algum ensino superior (11 a 14); e pelo menos ensino superior completo (15 ou mais) – relativo ao total de trabalhadores no grupo menos qualificado, ou seja, com fundamental incompleto.

Gráfico 12 – Oferta relativa de mão de obra por diferentes níveis de qualificação.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

O gráfico 12 mostra que durante todo o período analisado há uma expansão substancial da oferta relativa de mão de obra mais qualificada (em relação ao grupo de menor qualificação), especialmente nos grupos de ensino médio completo (EMC) e com algum ensino superior (11 a 14 anos de escolaridade). Ao longo dos anos 2000, especialmente a partir da

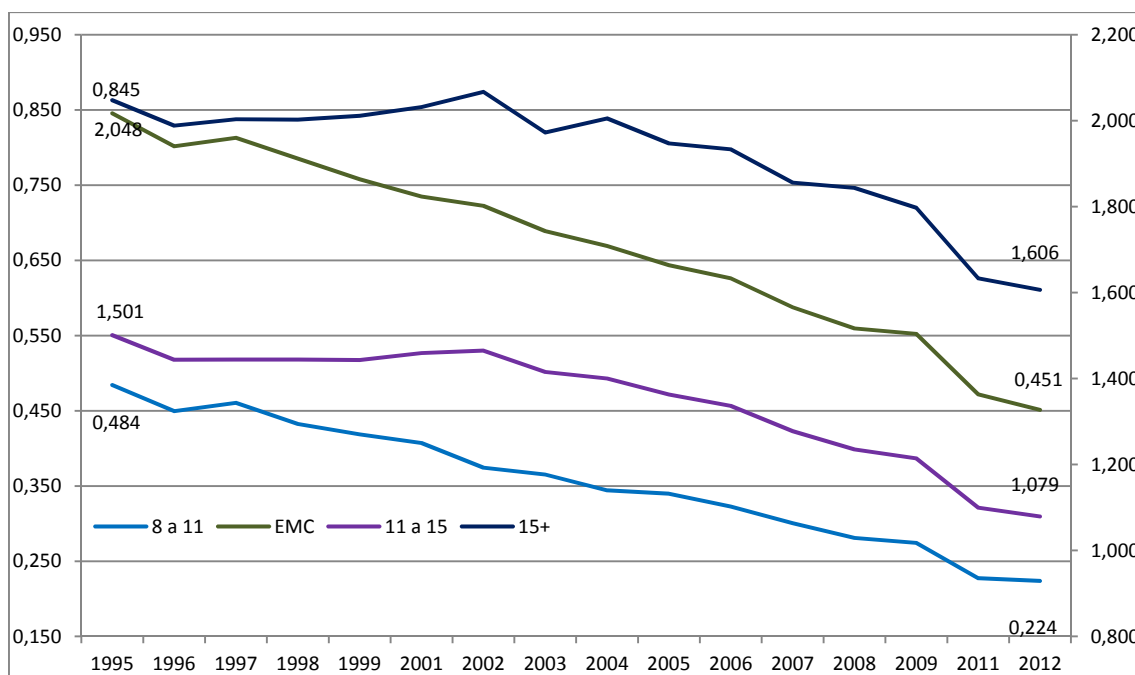
⁸ Ver, por exemplo, Acemoglu, Daron. "Skills, tasks and technologies: Implications for employment and earnings." *Handbook of Labor Economics* 4 (2011): 1043-1171.

O procedimento consiste em dividir os trabalhadores na PEA em grupos de escolaridade, gênero e escolaridade. Na prática, são células caracterizadas pela interação entre 50 anos de experiência potencial, duas categorias de gênero, e cinco grupos educacionais – 0 a 7, 8 a 10, 11, 12 a 14 e 15 anos ou mais de escolaridade. Para cada uma dessas 500 células (=50x2x5), computamos o salário médio em todo o período e definimos os salários relativos de cada célula em função do salário médio da célula com menor rendimento médio. Esses salários relativos definem, portanto, o peso relativo de cada unidade dentro de suas respectivas células.

segunda metade da década, as ofertas relativas de trabalhadores com pelo menos ensino superior completo (15+) e com algum superior (11 a 14) apresentam uma aceleração em seu crescimento. O gráfico A.9 (no apêndice) mostra que quando examinamos a evolução da oferta absoluta de trabalho esse cenário se mantém, sendo que a expansão do grupo com ensino médio completo se inicia mais claramente no final dos anos 1990.

Passando agora para a análise do “preço” da qualificação, ou seja, dos retornos da escolaridade para cada grupo de qualificação, vemos os resultados no Gráfico 14. Para computar estes retornos, utilizamos regressões de salários para cada ano, controlando pelas demais características observáveis dos trabalhadores (ex.: gênero, raça, idade, localização, entre outros). Assim, esses retornos capturam os ganhos salariais advindos de maiores níveis de escolaridade relativos a indivíduos com fundamental incompleto, mas com as demais características observáveis idênticas. O gráfico 14 mostra que todos os grupos de maior qualificação apresentaram retornos decrescentes em relação aos trabalhadores menos qualificados, e de forma especialmente acentuada a partir dos anos 200 para os grupos de maior qualificação (11 a 15 e 15 ou mais anos de escolaridade).

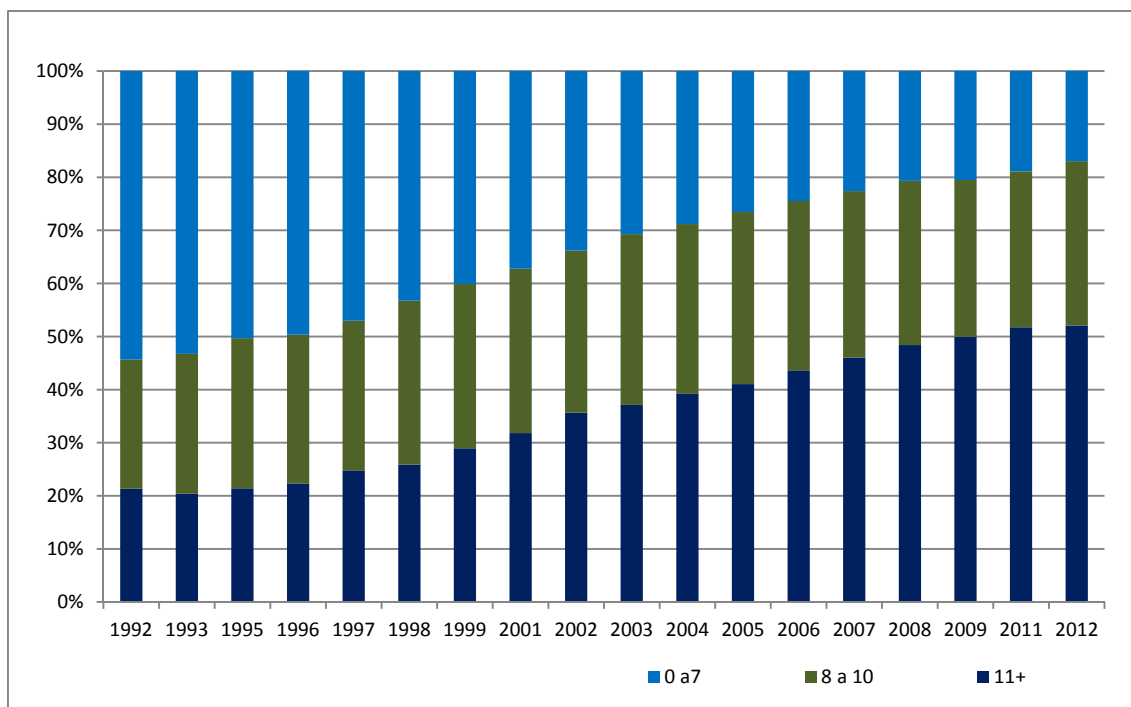
Gráfico 13 – Retornos da Escolaridade



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Finalmente, o gráfico 14 mostra a composição do desemprego por níveis de escolaridade, dessa vez agregados todos os trabalhadores qualificados em um grupo apenas (aqueles com 11 anos de escolaridade ou mais). O que este gráfico mostra é que a participação dos trabalhadores qualificados no estoque de desempregados vem aumentando continuamente ao longo dos últimos 20 anos, enquanto que a participação dos menos qualificados (fundamental incompleto – 0 a 7) vem se reduzindo. Assim, o contingente daqueles dispostos a trabalhar, mas que por algum motivo não conseguiram um posto de trabalho, está concentrado em trabalhadores de maior qualificação e não o contrário.

Gráfico 14 – Composição do desemprego por escolaridade



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Dessa forma, as evidências discutidas nessa seção oferecem fortes evidências *contrárias* à noção de que haveria uma escassez de mão de obra qualificada no país. De um lado, a oferta – tanto relativa quanto absoluta – de trabalho qualificado vem aumentando quase que continuamente, especialmente na última década. De outro, o preço relativo da mão de obra mais qualificada vem caindo também quase que continuamente. Mais ainda, os desempregados hoje são em sua maioria qualificados e não o contrário. Sendo assim, essas evidências sugerem que, se há escassez, é de mão de obra não-qualificada. Cabe notar, no entanto, que essa análise não elimina a possibilidade que setores específicos podem ter experimentado uma escassez de profissionais qualificados e especializados. Porém, este não é o cenário para o mercado de trabalho como um todo. Não obstante, o nível de qualificação da força de trabalho no Brasil segue baixo e com baixa produtividade, o que deixa aberta uma ampla avenida para ganhos futuros.

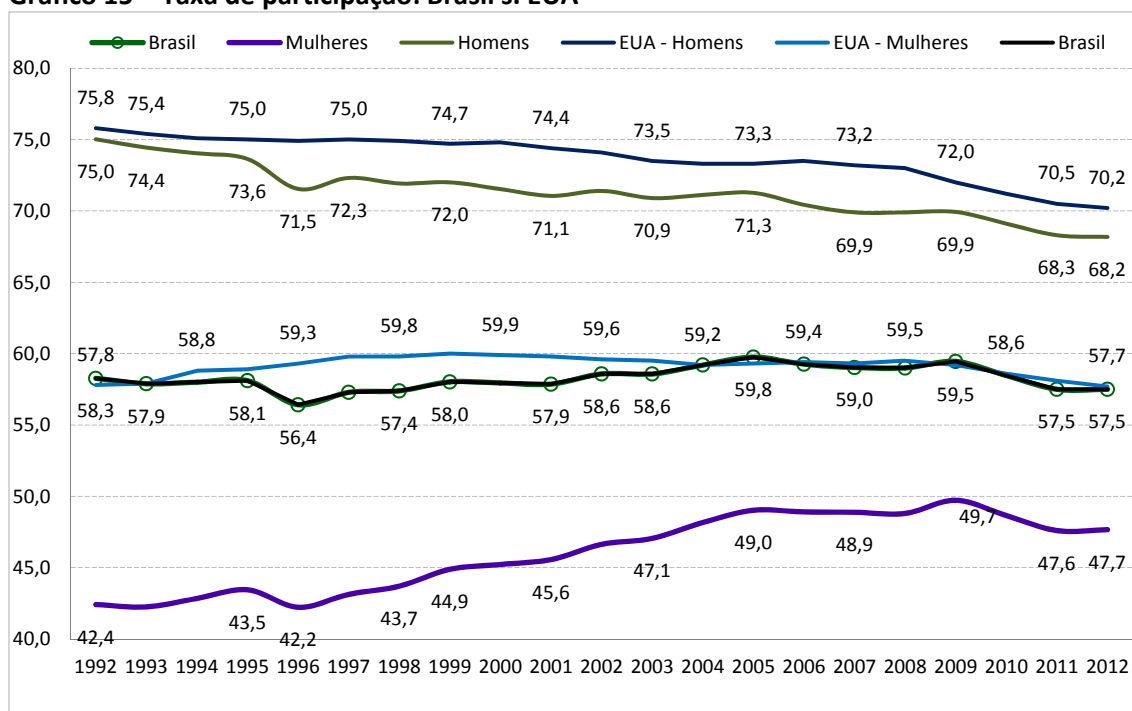
4.2 Estamos na taxa de pleno emprego ou há espaço para a expansão da oferta de trabalho?

Como antecipado na seção 2, a taxa de participação é um determinante fundamental na determinação da oferta de trabalho de qualquer país. Quanto maior for esta taxa, tudo mais constante, maior será a oferta de trabalho e, portanto, menor a pressão sobre o mercado de trabalho. Isso se torna especialmente central quando o país atinge taxas de desemprego muito baixas, como é o caso brasileiro, pois a capacidade de ampliar o contingente de ocupados torna-se muito limitada.

Sendo assim, nossa análise se concentrará na investigação da taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, revisitamos o Gráfico 2 apresentado na Seção 2, porém agora com a inclusão das taxas de participação feminina e masculina nos EUA durante os últimos 20 anos. Como pode ser visto, o Gráfico 15 revela diferenças marcantes nas taxas de participação de homens e mulheres no Brasil vis-à-vis àquelas observadas nos Estados Unidos. Enquanto a taxa de participação dos homens é semelhante nos dois países – ainda que

inferior no Brasil – a taxa de participação feminina é muito inferior no Brasil. É especialmente sintomático que a taxa de participação das mulheres nos EUA, que é tradicionalmente mais baixa que a dos homens, seja maior ou igual à taxa do mercado de trabalho brasileiro como um todo. Mais ainda, a partir de 2009 a mesma apresentou uma significativa reversão na tendência de elevação apresentada nos anos anteriores.

Gráfico 15 – Taxa de participação: Brasil s. EUA



Fonte: PNAD/IBGE e Bureau of Labor Statistics/EUA. Elaboração: Ipea.

De fato, a taxa de participação no país como um todo caiu entre 2009 e 2011 e se manteve relativamente estável entre 2011 e 2012, o que é preocupante diante dos argumentos já expostos. Para examinar o impacto que esta redução na taxa de participação teve na taxa de ocupação, é possível utilizar uma decomposição na qual as variações na segunda se devem a mudanças na taxa de participação ou na taxa de desemprego.⁹ Assim, uma queda na taxa de ocupação deve-se, necessariamente, a uma redução na taxa de participação, ou a um aumento da taxa de desemprego (ou ambos).

A tabela 2 mostra que a queda na taxa de ocupação no Brasil entre 2009 e 2012 foi inteiramente devida à queda na taxa de participação. Embora a taxa de desemprego tenha caído substancialmente, parte dessa queda não se reverteu em mais ocupados porque uma parcela desses trabalhadores saiu do mercado de trabalho. Assim, a queda na taxa de participação foi tão forte que mais do que compensou a forte redução no desemprego. Esse fenômeno foi especialmente acentuado entre os jovens de 15 a 24 e na região nordeste.

⁹ A taxa de ocupação ($txocup_t$) é a razão entre a população ocupada (O_t) e a PIA_t no ano t . Essa taxa pode ser escrita como: $txocup_t = (O_t/PIA_t) = (PEA_t/PIA_t) \times (O_t/PEA_t) = (PEA_t/PIA_t) \times (1 - (D_t/PEA_t)) = txpart_t \times (1 - txdes_t)$, onde D representa o total de desocupados e $PEA (=O+D)$ a população economicamente ativa.

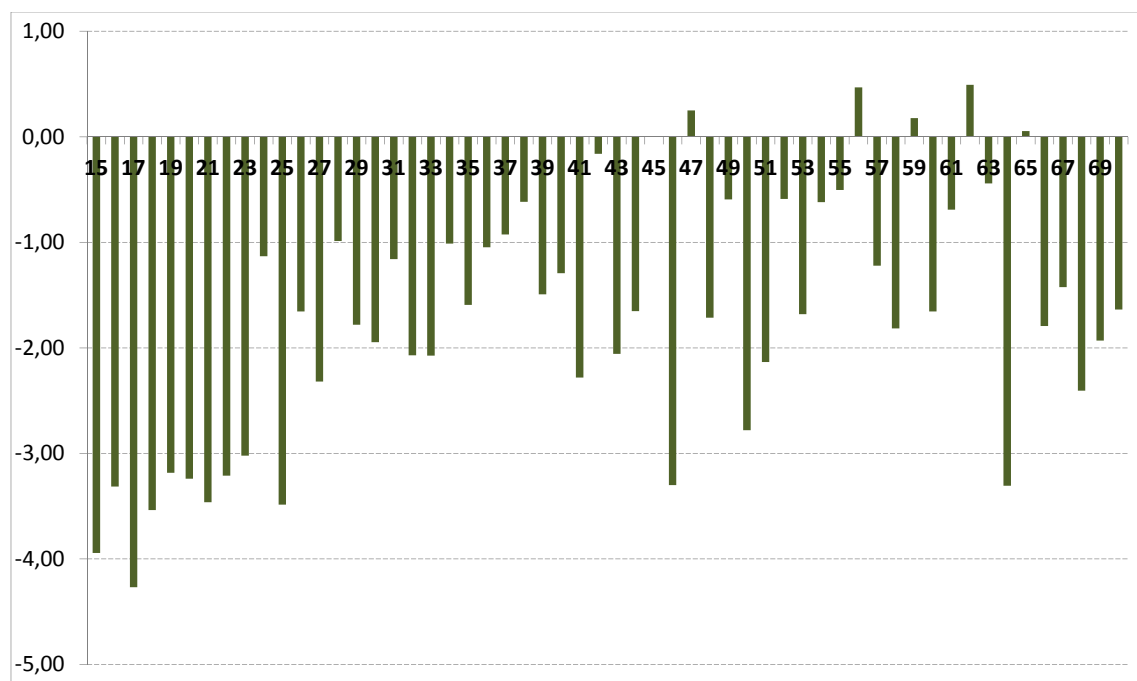
Tabela 2 – Impactos da taxa de participação na taxa de ocupação

	Taxa de Ocupação			Taxa de Participação			Taxa de Desemprego		
	2009	2012	Variação Relativa	2009	2012	Variação Relativa	2009	2012	Variação Relativa
Brasil	54,1	53,7	-0,8	59,5	57,5	-3,4	9,1	6,7	-29,8
Homens	65,2	64,7	-0,7	69,9	68,2	-2,5	6,7	5,1	-27,9
Mulheres	43,7	43,4	-0,7	49,7	47,7	-4,2	12,1	8,9	-30,5
Faixa Etária									
15 a 24	49,5	48,6	-1,8	61,0	57,5	-5,9	18,9	15,5	-20,0
25 a 49	75,8	75,9	0,2	81,6	80,0	-1,9	7,1	5,1	-32,5
50 e mais	41,2	40,3	-2,3	42,8	41,3	-3,6	3,7	2,5	-38,3
Região									
SE	55,3	55,7	0,7	60,9	59,5	-2,3	9,2	6,4	-36,4
S	58,6	58,1	-0,8	62,7	60,9	-3,0	6,5	4,5	-36,6
CO	57,3	58,0	1,3	62,6	61,4	-2,0	8,5	5,4	-44,7
NE	49,4	47,2	-4,5	55,0	51,8	-6,0	10,2	8,8	-14,8
N	51,9	52,3	0,7	58,0	56,8	-2,0	10,4	8,0	-26,1

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Para investigar o perfil etário dessa redução na taxa de participação, o Gráfico 16 apresenta a variação da mesma entre 2009 e 2012, para cada ano de idade. O gráfico confirma que houve uma redução substantiva entre os indivíduos com idade até 25 anos, mas também mostra que o mesmo é verdade para trabalhadores mais velhos e, em menor medida (mas ainda assim surpreendentemente), para o grupo entre 40 e 50 anos de idade.

Gráfico 16 – Variação na taxa de participação 2009 a 2012

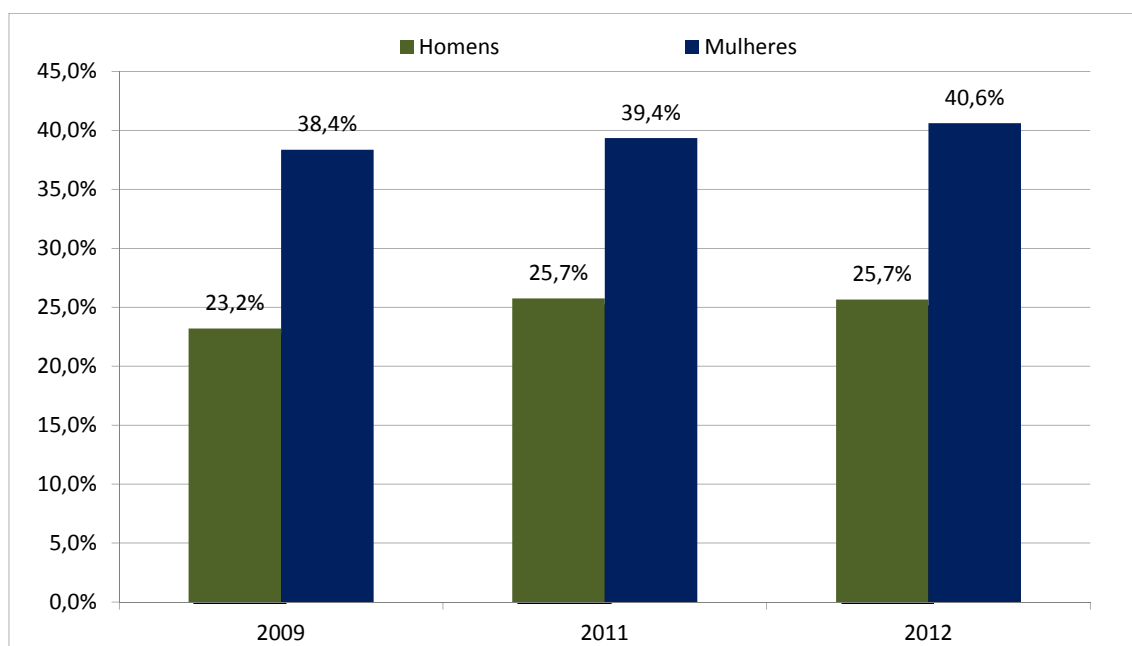


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

A queda na taxa de participação entre os jovens merece uma análise um pouco mais detida, pois ela pode ter um impacto positivo no médio e longo prazo caso esses jovens estejam

saindo do mercado de trabalho para se educar mais. Porém, se estes jovens estão fora da força de trabalho e fora da escola, então esse número pode representar um sinal de alerta. O gráfico 17 mostra que o percentual tanto de homens quanto de mulheres de 15 a 24 anos de idade fora da PEA e fora da escola é expressivo, e muito maior para as mulheres. Mais ainda, esse percentual aumentou entre 2009 e 2012 para ambos os grupos. Uma ressalva importante que deve ser feita é que os dados da Pnad não permitem captar aqueles frequentando ensino técnico e, portanto, esse percentual pode estar superestimado, uma vez que parte desses jovens pode estar frequentando esse tipo de curso. Ainda assim, esses resultados são preocupantes em termos de políticas públicas, especialmente no que tange as mulheres.

Gráfico 17 – Jovens de 15 a 24 anos fora da PEA e que não frequentam a escola



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

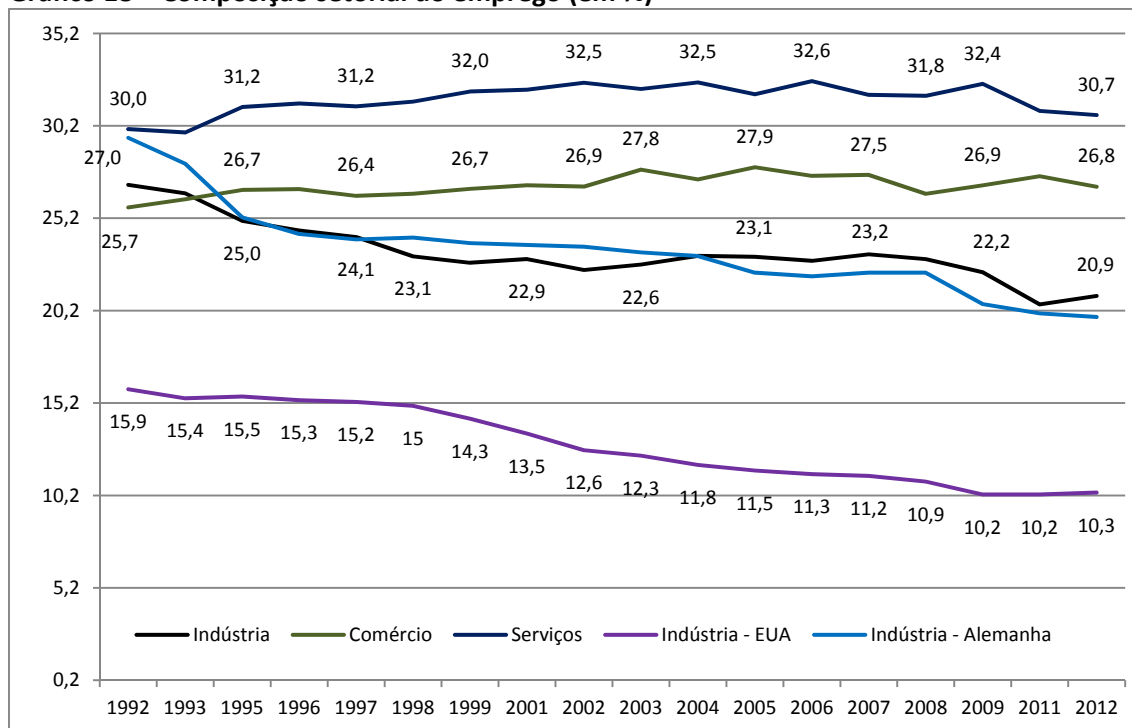
4.3 Há desindustrialização no mercado de trabalho?

O último tema a ser analisado nesta nota é o desempenho da indústria no mercado de trabalho e, em particular, analisar em que medida há um processo de desindustrialização, sob a ótica dos indicadores de mercado de trabalho. Iniciamos nossa análise examinando a evolução da composição setorial do emprego nos últimos 20 anos. O gráfico 18 mostra que enquanto comércio e serviços aumentaram ligeiramente sua participação no emprego total – em torno de um ponto percentual entre o início e o fim do período – a indústria acumulou uma redução de 6 pontos percentuais entre 1992 e 2012 (de 27 para 21%). Durante este período de 20 anos, no entanto, a participação da indústria não decaiu uniformemente: ela caiu cerca de 4 pontos entre 1992 e 1998, se manteve estável até 2008, quando novamente voltou a apresentar uma queda mais acentuada entre 2009 e 2011, com leve reversão em 2012.

Esta queda mais recente motivou um intenso debate acerca de um possível processo de desindustrialização que o país estaria atravessando. Porém, examinado a evolução da participação da indústria no emprego na Alemanha, país reconhecido por sua força no setor industrial, o que se observa é uma queda de maior intensidade (de cerca de 30 para 20%). O mesmo pode ser dito a respeito dos EUA: em 1972 o país tinha o mesmo nível de participação

no emprego observado no Brasil em 1992 (cerca de 27%); em 1992 esse percentual já era de apenas 15% e em 2012 atingiu 10,3%. De fato, a tendência de redução da importância da indústria no emprego total – e crescimento do setor serviços – tem sido observada na maioria dos países e, como mostra o gráfico 18, muitas vezes com intensidade superior àquela observada no Brasil.

Gráfico 18 – Composição setorial do emprego (em %)

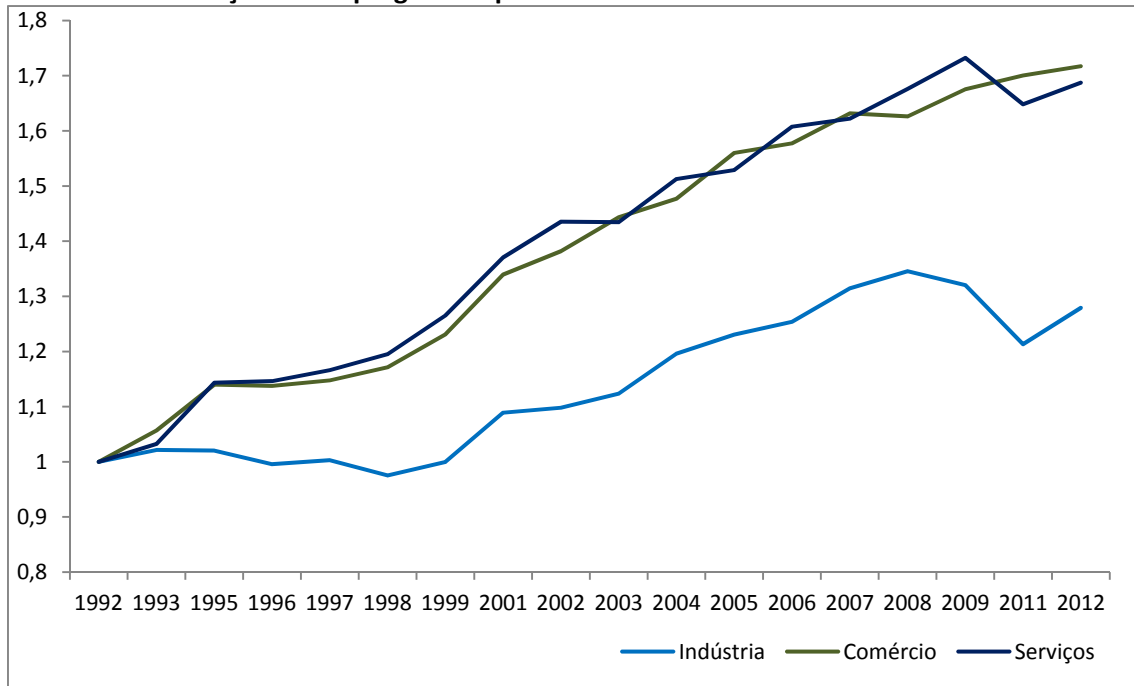


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Ainda assim, é importante analisar porque a partir de 2008 a indústria apresentou uma redução em sua participação no emprego após um longo período de relativa estabilidade. Para tanto, analisamos a evolução do emprego total dentro dos setores serviços, comércio e indústria (Gráfico 19). Os dados revelam que, a partir de 1998 o emprego industrial cresceu ininterruptamente até 2008, ainda que em ritmo inferior ao emprego no setor de serviços e comércio. Porém, a partir de 2008 há uma forte reversão nessa tendência de crescimento e há um declínio no emprego total entre 2008 e 2011, com leve reversão em 2012.

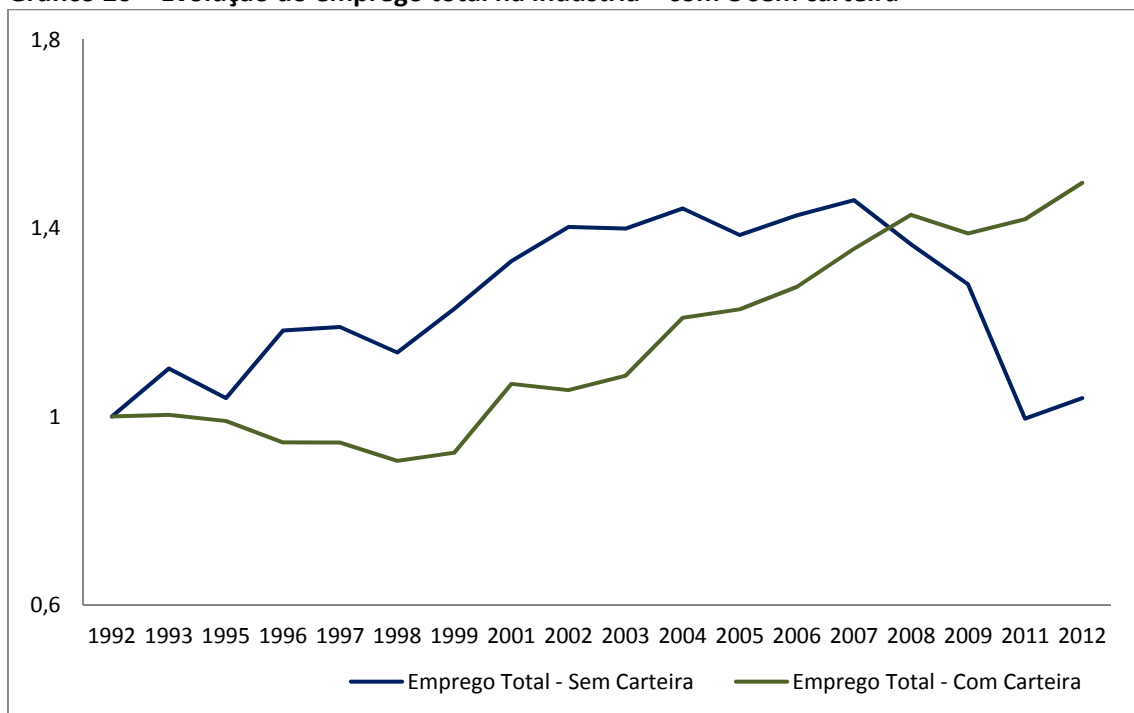
Surpreendentemente, quando desagregamos o emprego industrial entre trabalhadores com e sem carteira de trabalho assinada, o que se observa é que o emprego formal seguiu crescendo ininterrupta e aceleradamente desde 1998, inclusive durante o período 2008-2011. Portanto, a queda no emprego industrial total observada entre 2008 e 2011 – e a conseqüente redução em sua participação no emprego agregado – se deveu exclusivamente a uma acentuada queda no emprego informal, iniciada em 2007. Da mesma forma, a leve alta entre 2011 e 2012 parece ter sido induzida pela mudança de comportamento no emprego informal.

Gráfico 19 – Evolução do emprego total por setor



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico 20 – Evolução do emprego total na indústria – com e sem carteira



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Conclusões

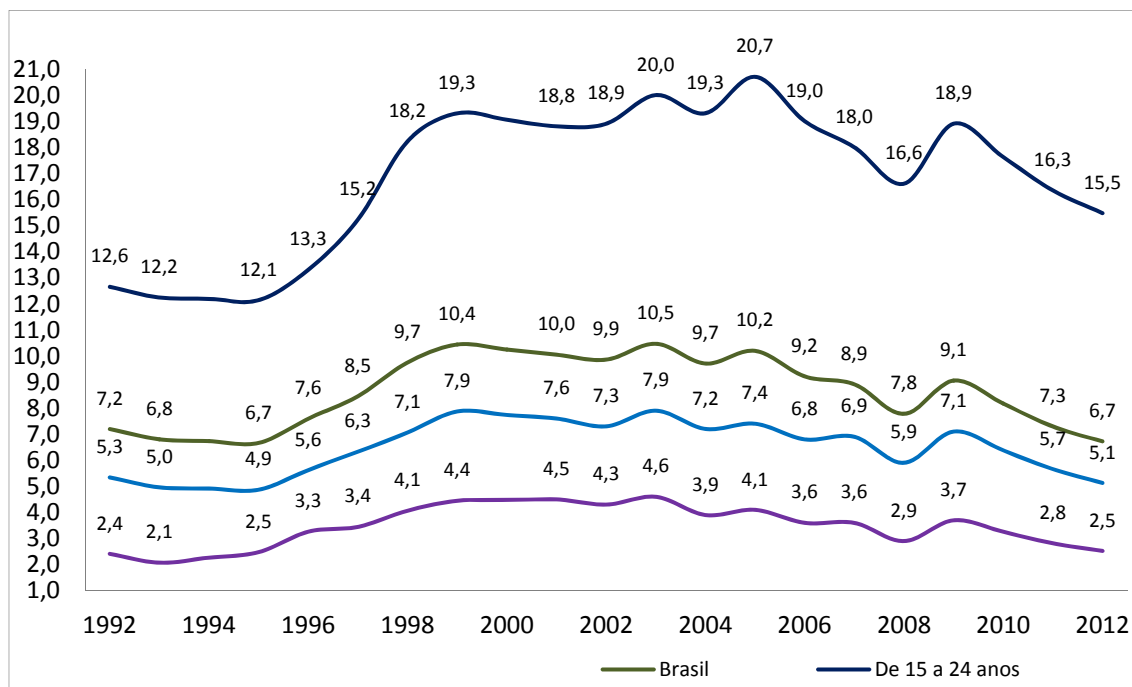
Este Comunicado teve dois objetivos. Primeiro, oferecer um panorama do mercado de trabalho brasileiro nas duas últimas décadas a partir dos dados da Pnad. Segundo, abordar três questões que têm dominado o debate recente sobre o comportamento do mercado de trabalho brasileiro.

No que diz respeito à análise da evolução do mercado de trabalho, os resultados mostram que todos os indicadores do mercado de trabalho mostraram uma melhora significativa ao longo do período. Porém, a comparação de 2012 com o ano anterior mostrou boas e más notícias. Por um lado, a renda do trabalho cresceu substancialmente em termos reais e a taxa de desemprego caiu de forma expressiva. Por outro lado, a taxa de participação se manteve em nos mesmo níveis baixos de 2011 e o ritmo de redução da desigualdade de rendimentos e, em menor medida, da informalidade mostraram um arrefecimento.

A análise da segunda parte deste Comunicado indica que não há escassez de mão de obra qualificada no país. Ao contrário, as evidências mostram que a oferta de mão de obra qualificada tem aumentado de forma substancial e contínua nos últimos 15 anos, o que é coerente com a redução observada nos retornos da escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. Em relação à possibilidade de expandir a oferta de trabalho no Brasil, a análise destaca a importância de entender os determinantes da decisão de participação no mercado de trabalho das mulheres e dos jovens. Em particular, o grupo crítico entre os jovens é aquele composto por indivíduos que não participam do mercado de trabalho e não frequentam a escola. Por fim, mostramos que quando colocada em perspectiva internacional, a redução da importância da indústria no emprego total é menor do que aquela observada em países desenvolvidos tal como EUA e Alemanha. Mais ainda, a redução na participação da indústria observada entre 2008 e 2011 decorreu de uma redução no total de ocupados causada por uma redução no total de emprego informal (sem carteira de trabalho assinada). O total de emprego com carteira assinada na indústria apresentou um crescimento contínuo desde 1999, incluindo o período 2008-2012.

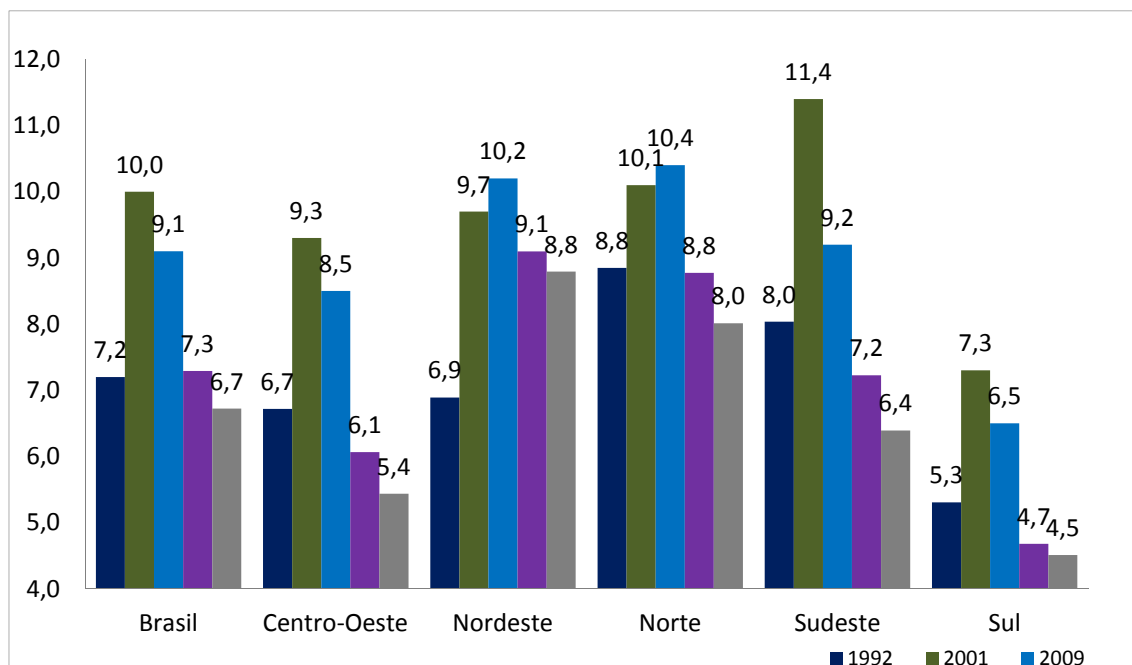
Apêndice

Gráfico A.1 - Taxa de desocupação por faixa etária (%)



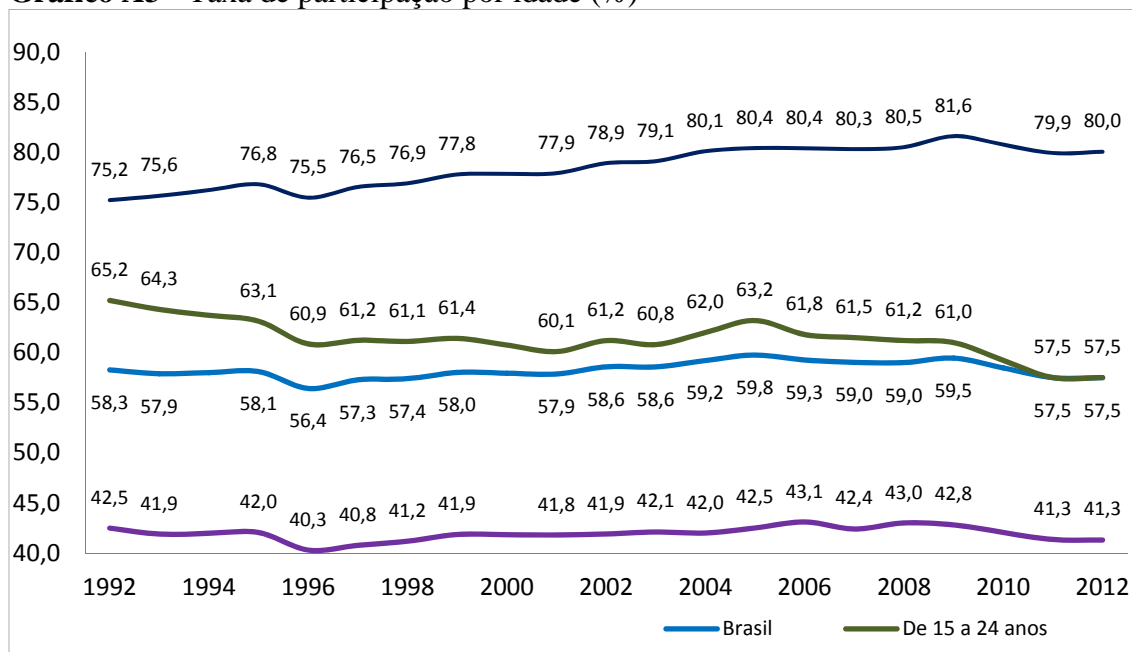
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A.2 - Taxa de desocupação por região (%)



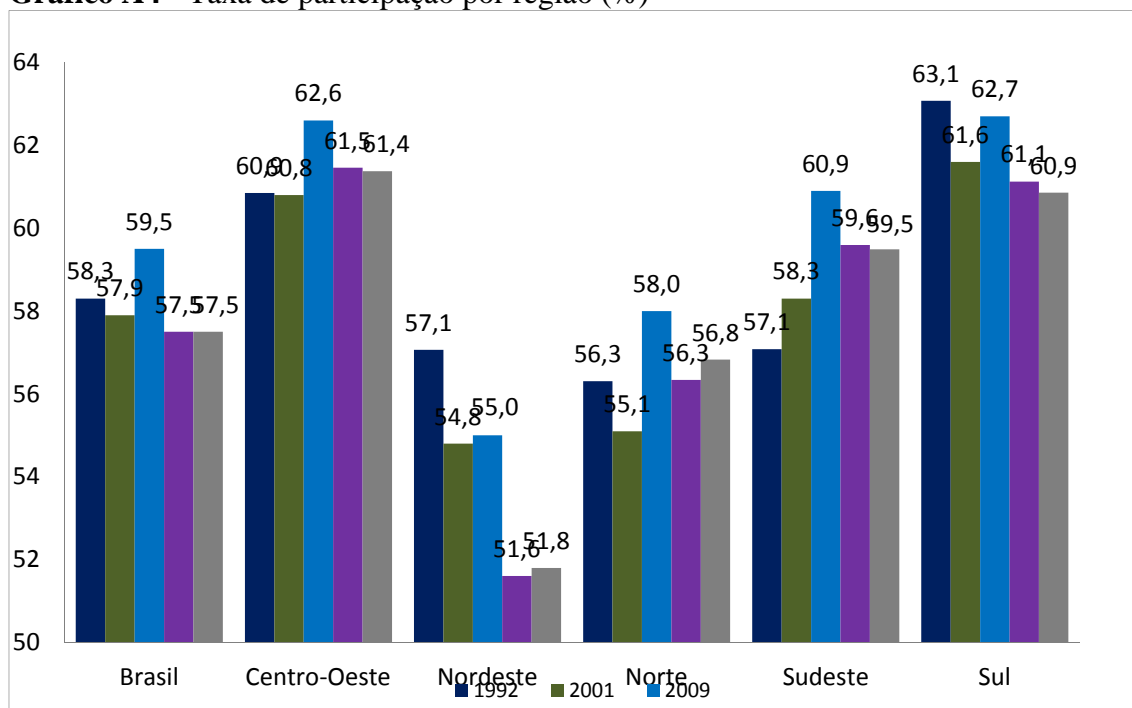
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A3 - Taxa de participação por idade (%)



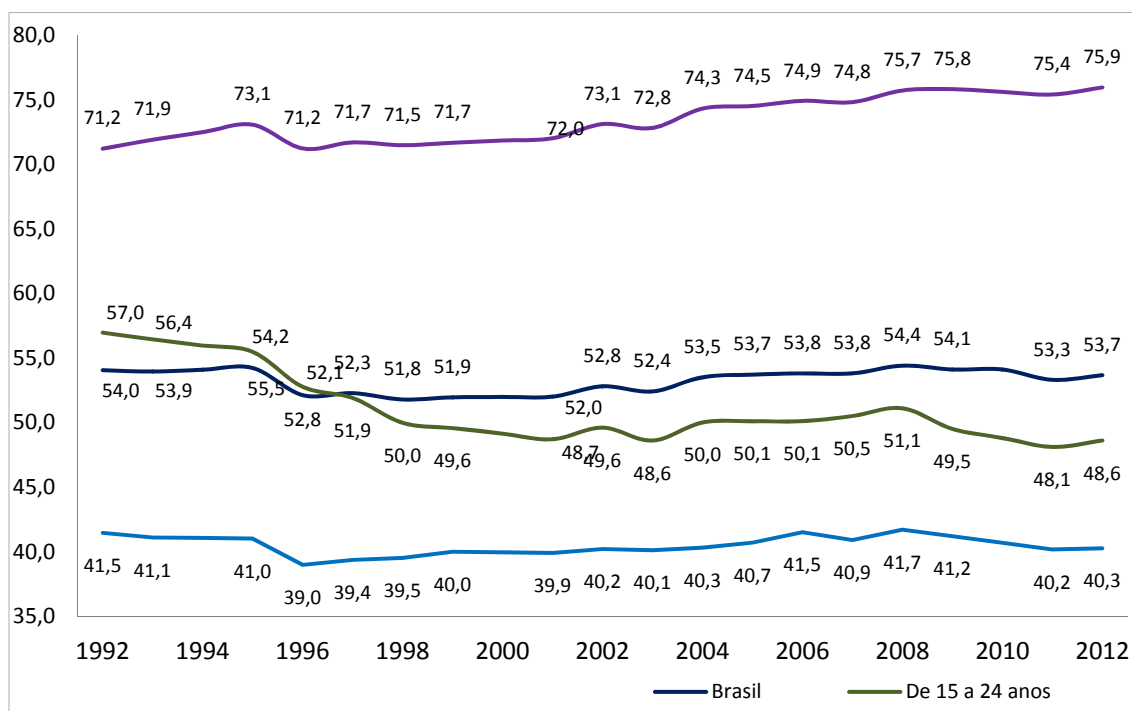
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A4 - Taxa de participação por região (%)



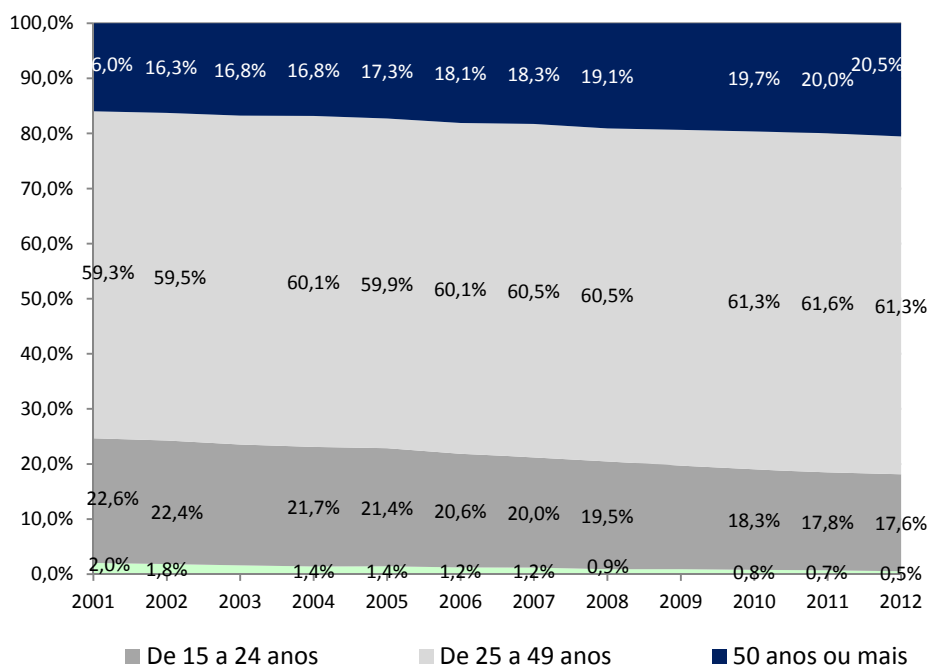
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A.5 - Taxa de ocupação por idade (%)



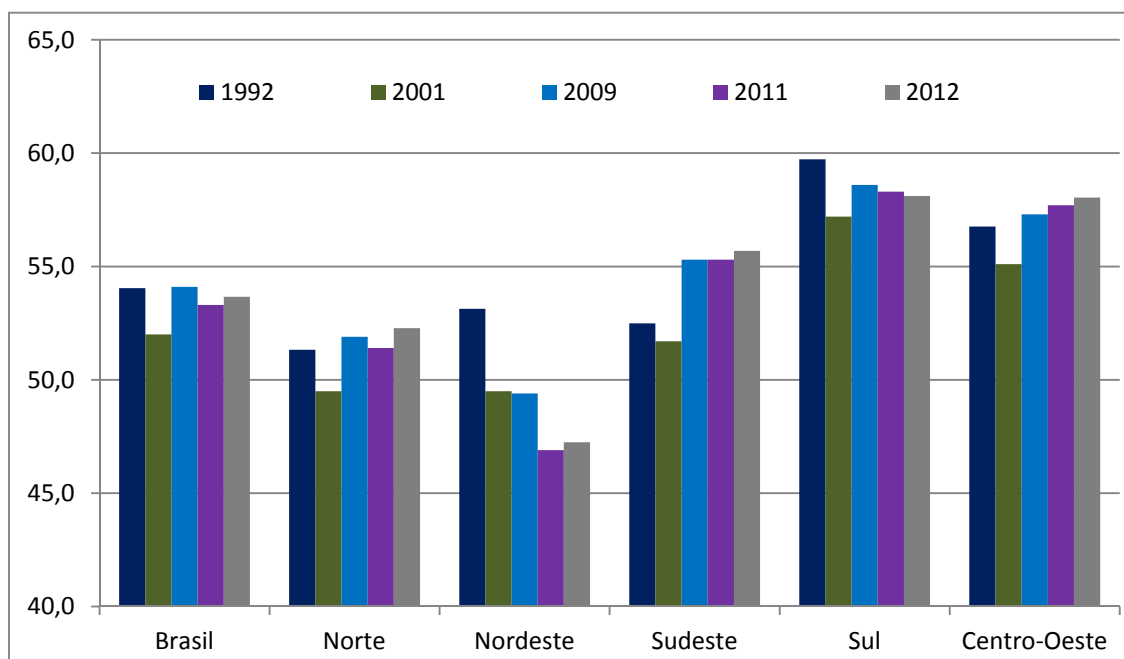
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A.6 - Composição da população ocupada por faixa etária (%)



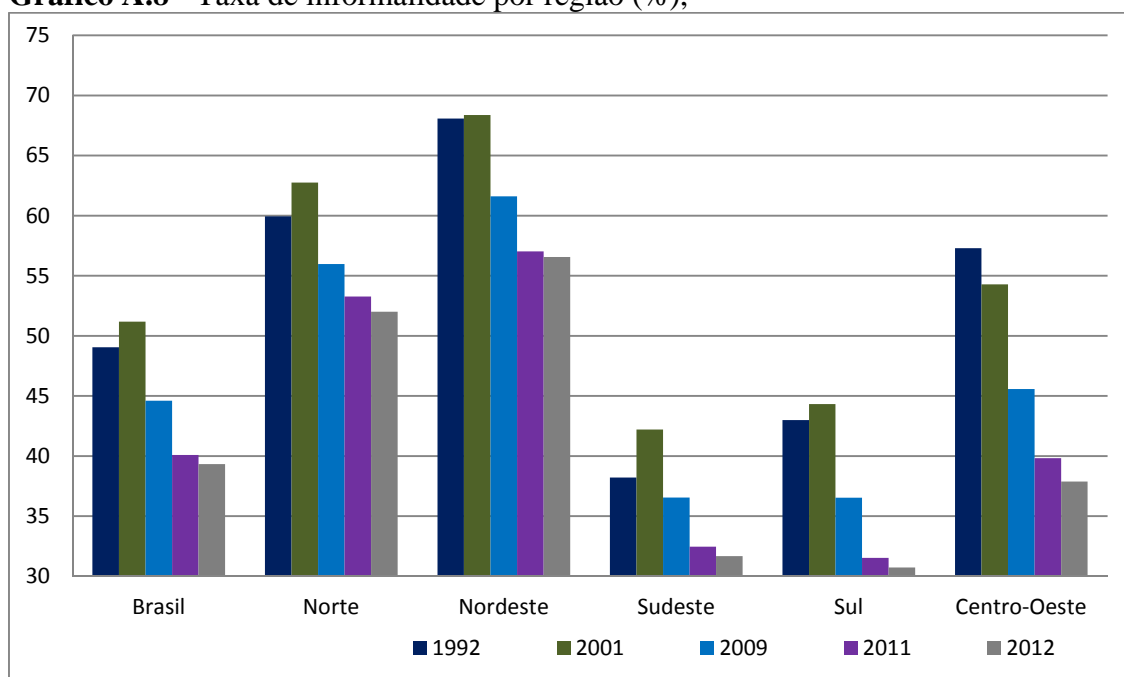
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A.7 - Taxa de ocupação por região (%)



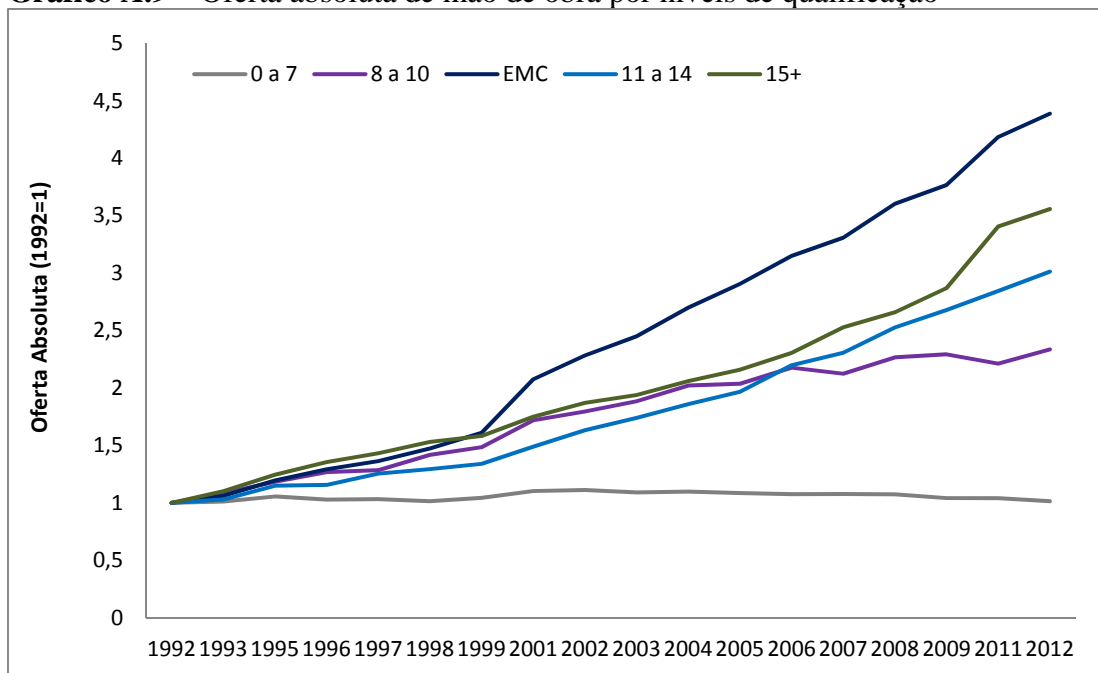
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A.8 - Taxa de informalidade por região (%)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

Gráfico A.9 – Oferta absoluta de mão de obra por níveis de qualificação



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República